

FUNDAÇÃO VALE

Programa Vale Mais

Baixo Guandu

Documento de Visão Estratégica
2006 - 2026

Programa Vale Mais

Baixo Guandu

Documento de Visão Estratégica
2006 - 2026

Parceiro Institucional:

Prefeitura de
Baixo Guandu

Parceiro:



Realização:



Agência21
Documento de Visão Estratégica:
Programa Vale Mais – Baixo Guandu - ES
Baixo Guandu 2006-2026 / Agência21
Rio de Janeiro: Agência21, 2008
100p., 21X26cm

1. Desenvolvimento sustentável
2. Sustentabilidade
3. Economia
4. Sociedade

ISBN: 978-85-60168-06-4

PROGRAMA VALE MAIS
BAIXO GUANDU

DOCUMENTO DE VISÃO ESTRATÉGICA
2006 – 2026





Situada na fronteira do Espírito Santo, entre o Rio Doce, o Rio Guandu e a Estrada de Ferro Vitória-Minas, Baixo Guandu traz uma história centenária, iniciada quando um viajante oriundo do Rio de Janeiro se fixou próximo ao rio Doce, onde surgiu mais tarde o núcleo do Município. O comércio e a grande movimentação pelas vias de acesso próximas garantiram a prosperidade do lugar.

No final do século XIX chegaram os imigrantes, italianos em sua maioria. O Município se desenvolveu principalmente por ser uma região de grande movimentação pela estrada de ferro e pelos rios. Destacaram-se com o crescimento do Município, a pecuária e agricultura, principalmente a cultura de café, milho e açúcar.

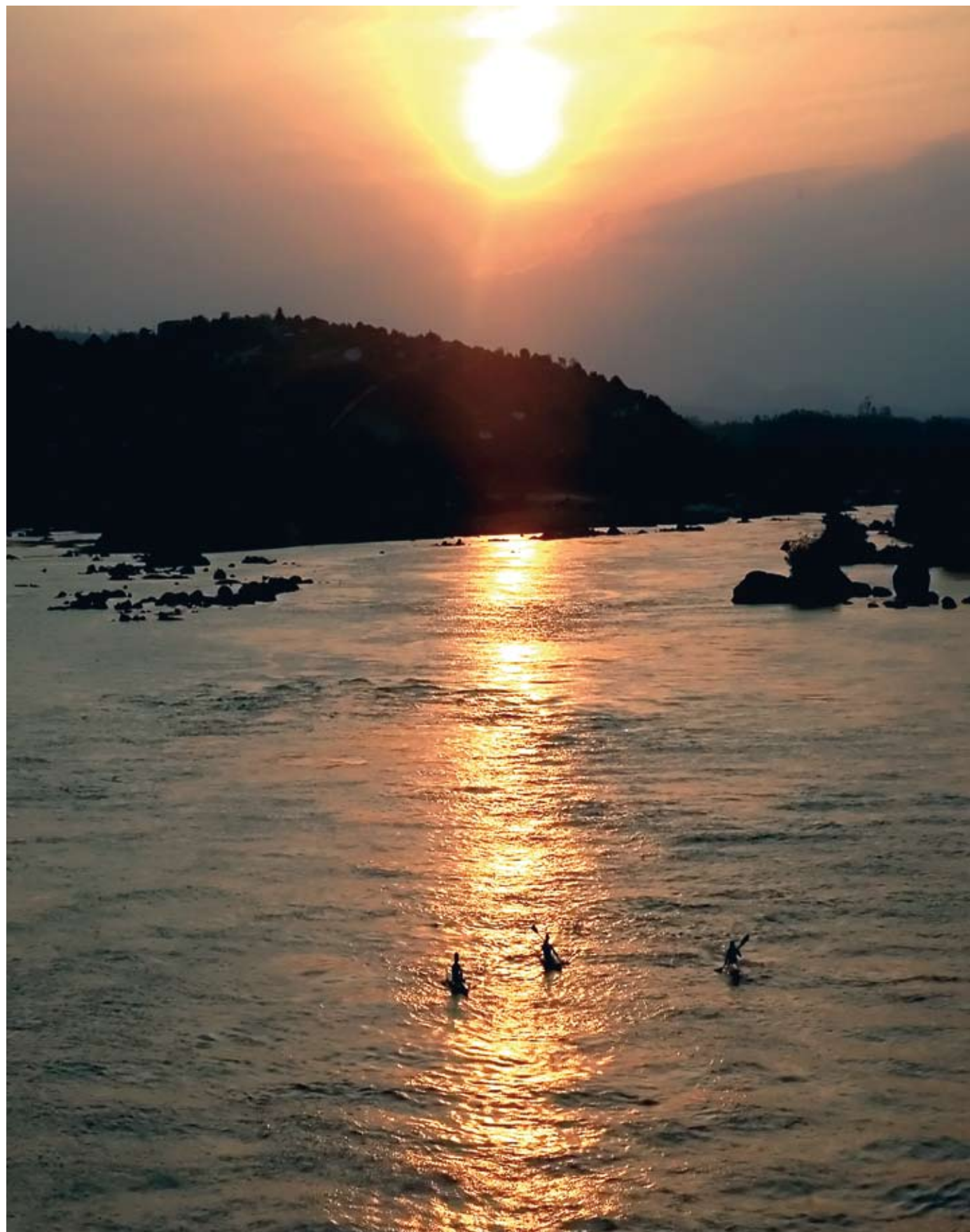
De qualquer forma a maior riqueza do Município sempre foram as pessoas. Foi uma das poucas cidades da região que conseguiu manter sua população estável nas últimas décadas, principalmente na área urbana.

Esta força de sua gente está presente nas ruas, no movimento intenso do comércio e serviços. Acreditando neste potencial local, o Programa Vale Mais apresentou sua proposta de mobilização e participação na construção de um desenvolvimento sustentável.

A proposta encontrou grande recepção em todos os setores da sociedade, que se reuniram em busca de um destino comum.

Foram muitos meses de reuniões, de sugestões e caminhos para o futuro do Município. Este resultado, iniciado em 2005 e finalizado em 2007, está consolidado neste documento que propõe caminhos e estratégias a seguir. Não é uma tarefa fácil, mas depende do esforço de muitos e do apoio de sua população para se concretizar.

O Município se vê frente a mais um desafio e acredita no seu futuro. A força de trabalho de sua gente mais uma vez será o grande motor desta transformação.





O COMPROMISSO	09
Sociedade Civil	10
Prefeitura Municipal	13
Fundação Vale	14
A CONSTRUÇÃO	17
O PLANO	27
O Território	31
Comunidade Unida Sonha e Constrói	37
Qualidade de Vida para Todos	43
Crescimento Econômico	75
GESTÃO COMPARTILHADA	91
PARTICIPANTES	94
ENTIDADES	98





O COMPROMISSO

AGIR É PRECISO

Quero nesta oportunidade, expressar o meu profundo agradecimento e a satisfação de ter sido lembrado e convidado a participar deste grupo de trabalho, juntamente com estes colegas que pensam como eu: no crescimento e desenvolvimento de Baixo Guandu, sem esperar que somente o administrador municipal o faça, o que me traz bastante orgulho. Acredito que sem a participação popular, não há progresso, não há aceitação efetiva do que se é executado em um município, em um estado, em um país.

Por este motivo expressei, aceitei o convite e participei da concorrência de figurar como componente da primeira diretoria da Rede de Fomento de Baixo Guandu, eleita democraticamente num total clima de festa e tranquilidade, para romper as barreiras de um grande desafio, que é trabalhar paralelamente à administração municipal, opinando e indicando os desejos do povo, no desenvolvimento da cidade.

Espero que meus colegas e eu possamos nestes próximos dois anos em que vigorará o mandato desta diretoria, chegarmos ao final desta etapa com a certeza do dever cumprido, que é trabalhar em prol da satisfação popular, aceitando e aproveitando todas as idéias que com certeza virão para somar e assim realizarmos o que mais sonhamos: o crescimento de Baixo Guandu, com melhor qualidade de vida para todos.

Sabemos que temos duas grandes empresas traçando e impulsionando nossos ideais para alcançarmos nossos objetivos, que são a Fundação Vale, idealizadora contratante do projeto, e a Agência 21, contratada, executora e administradora dos trabalhos por nós desenvolvidos, dentro destes dois anos de gestão. A Agência 21 vem ajudar a trazer o progresso e desenvolvimento ao município, oferecendo experiência profissional como base para a nova Rede de Fomento de Baixo Guandu que acaba de nascer.

A Fundação Vale não poderia ter lançado essa idéia em melhor hora, porque este é o momento de crescermos e aparecermos. Temos que agarrar com unhas e dentes esta oportunidade ímpar, para resgatar a dignidade do nosso povo que sofreu e sofre para ter o seu emprego, o seu futuro e o seu sonho realizados e alcançados, sem haver a necessidade de migrar para outros municípios, outros estados ou país, em busca de trabalho, porque acreditar no nosso potencial aqui mesmo, em Baixo Guandu, é possível. Vai depender da nossa garra! Por esse motivo, o grupo a que pertencemos foi batizado de REDE AGIR: Ação Guanduense Integrada e Responsável, que é o que teremos de agora para frente, sem medo de errar.

EVERTON LOBATO PEREIRA
Cidadão de Baixo Guandu

ACREDITAR É A FÓRMULA MÁGICA DE REALIZAR NOSSOS SONHOS

Há vários anos a população clama aos poderes públicos, ações voltadas para o desenvolvimento consciente e consistente de Baixo Guandu com responsabilidade. Projetos no sentido de garantir a todos um lugar adequado para morar, trabalhar e viver com dignidade. Elaborar um plano de desenvolvimento equilibrado, com a cara do povo guanduense.

Hoje o clamor dos guanduenses está sendo atendido, graças ao apoio de nosso Prefeito e principalmente da Vale – através do Projeto “Cidade que Vale”, em parceria com a Agência 21, empresa contratada, responsável por todo trabalho que está sendo elaborado em nossa cidade juntamente com representantes de todos os segmentos da sociedade.

Baixo Guandu é uma cidade bem traçada, planejada, banhada por dois cursos de águas naturais, Rio Guandu e Rio Doce; conta com um aeroporto, uma usina hidrelétrica e linha férrea, essa explorada pela Vale. Com esses recursos Baixo Guandu tem muito a oferecer, faltava alguém com bons olhos aceitar e abraçar nossa cidade, isso aconteceu com o Projeto “Cidade que Vale”.

Quem sonha alcança. Sonhamos com uma cidade rica, tranqüila e alegre. Hoje, trabalhando em parceria com empresas da iniciativa privada e a população, tenho certeza que dias melhores virão, melhores condições de vida serão asseguradas a todos, de acordo com os anseios da comunidade.

Quem acredita vê. Acreditamos em nosso potencial. O povo confiou nos trabalhos sérios dessas empresas que, dentro do possível, estão apontando os rumos para o desenvolvimento de Baixo Guandu, tornando-o um local ideal para viver feliz. Cremos também que este projeto não seja apenas mais um dentre tantos projetos propostos, mas sim o grande projeto, moldado, planejado e executado pelo povo e para o povo guanduense.

Todos os dias é tempo para aprender coisas novas, explorar novos campos e alcançar novas alturas, basta acreditar: “Sem Deus nada sou, mas com ele tudo posso”.

CELMA CÔRTEZ BUSSULAR
Cidadã de Baixo Guandu



TRAJETÓRIA DO PASSADO VIVENDO O PRESENTE E FAZENDO VALER O FUTURO

A trajetória histórica de Baixo Guandu mostra-nos a coragem e a luta de cidadãos que contribuíram e muito para a riqueza e o engrandecimento deste Município. Os primeiros habitantes da região onde hoje está instalado o Município de Baixo Guandu eram os Índios Botocudos. A colonização iniciada pela família Milagres, teve sua base sedimentada de imigrantes europeus de procedência italiana, alemã, espanhola, polonesa, francesa e portuguesa. Entre outros migrantes, os cearenses também ajudaram a povoar Baixo Guandu, fugindo da seca do nordeste. O território de Baixo Guandu pertencia à jurisdição de Colatina. Foi um longo caminho percorrido, muitos desafios e batalhas, muitos sucessos e vitórias alcançadas, até sua emancipação política em 10 de abril de 1935.

Hoje, no dia-a-dia da vivência desta muito “Leal e heróica cidade de Baixo Guandu” nos deparamos com um lugar de gente simples, solidária e, sobretudo, acolhedora e educada. Estas características vem de seus pais, cidadãos que tornaram este local tão peculiar e atraente, tanto para os seus habitantes, como para os visitantes. Os bons costumes urbanos que já se perderam em outros locais são ainda hoje observados em Baixo Guandu. As potencialidades existentes, nossas paisagens, a riqueza incontestável do solo, o espírito de luta e or-

ganização do povo, e a capacidade transformadora fazem de Baixo Guandu um verdadeiro cenário onde se torna possível buscar de todas as formas o desenvolvimento sustentável do Município, e oferecer aos cidadãos uma melhor qualidade de vida.

Nas muitas ações desenvolvidas ao longo destes anos de história, contamos com diversas parcerias que, somando forças entre o poder governamental e não governamental através dos diversos organismos vivos da sociedade civil organizada, vêm atuando de forma a trabalhar e construir um Baixo Guandu melhor, visando um futuro promissor para os cidadãos, sobretudo a juventude.

A Rede de Fomento Baixo Guandu Vale Mais, uma iniciativa da Fundação Vale em parceria com a Agência 21 e a Prefeitura Municipal de Baixo Guandu, através do Programa Vale Mais, nos proporcionou uma grande oportunidade de diálogo entre sociedade civil, poder público e iniciativa privada, cuja meta principal focada na busca do desenvolvimento sustentável para os próximos 10 anos. Cabe a cada um de nós, cidadãos guanduenses, assumirmos o nosso papel com responsabilidade, dignidade, lutarmos por uma causa que é de TODOS, unidos com um só objetivo: transformar Baixo Guandu na CIDADE QUE VALE MAIS.

TEREZINHA DO CARMO ALVES BOLZANI
Cidadã de Baixo Guandu

UM PROGRAMA QUE AMPLIA O FUTURO DOS GUANDUENSES

O Programa Baixo Guandu Vale Mais veio para fazer mudanças em todo o segmento de nossa sociedade, que sempre buscou dias melhores neste município que hoje orgulha o Espírito Santo.

O Projeto desenvolvido pela Fundação Vale, em parceria com a Agência 21, mobiliza de forma participativa a população e todos os segmentos da sociedade que anseia um futuro melhor.

Caminhar juntos sempre foi o nosso pensamento, caminhar sozinho não é fácil. Quando se encontra nos trilhos desta caminhada empresas com uma preocupação maior com a educação e o desenvolvimento social faz despertar na administração e toda a sociedade a esperança de um futuro brilhante.

Nós nos orgulhamos muito de fazer parte do projeto da Vale que trará grandes transformações e mudanças para nossa gente.

Obrigado, Fundação Vale.

LASTÊNIO CARDOSO
Prefeito Municipal de Baixo Guandu

TRAJETÓRIA DO PASSADO VIVENDO O PRESENTE E FAZENDO VALER O FUTURO

Acreditar no futuro. Eis o que inspira a Vale na busca por conhecer as potencialidades, anseios e vocações das comunidades nos territórios em que atua. Esse conhecimento, garimpado a muitas mãos, está agora reunido no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Programa Vale Mais – Baixo Guandu, um documento de planejamento estratégico que servirá de base para o município projetar seu crescimento para os próximos anos.

Esse trabalho minucioso, desenvolvido no Programa Vale Mais, é fruto da participação de toda a comunidade, que assumiu o papel de protagonista do processo de desenvolvimento de sua comunidade. E surge agora como resultado de uma parceria vitoriosa entre sociedade civil, Prefeitura Municipal de Baixo Guandu, Vale e sua Fundação. Foi um efetivo exercício de cidadania, democracia e colaboração, onde os participantes tiveram a chance de modelar seu futuro.

Desse processo sai uma comunidade mais participativa, mais preocupada em planejar o futuro e mais interessada em preservar sua identidade cul-

tural, consciente de que responsabilidade social está no dia-a-dia, na consciência das lideranças e da população. O plano desenhado neste documento pretende espelhar as necessidades básicas e diretas da população e seus problemas concretos. Dessa forma, busca-se o comprometimento dos cidadãos com sua execução, evitando a descontinuidade do projeto.

Mais do que a reunião de índices econômicos diversos, o Plano de Desenvolvimento é um documento vivo, que expressa a riqueza da cultura local a partir da visão da própria comunidade. Ele deve ajudar a população a desenhar novos caminhos para o desenvolvimento, respeitando valores humanos, econômicos e ambientais e preservando o território para as futuras gerações.

Esse é um desafio à altura de Baixo Guandu. A Vale se orgulha de ter contribuído para a construção deste Plano. Agora, a hora é de muito trabalho. O caminho a seguir está desenhado. Cabe aos atores protagonistas desse processo, de forma colaborativa, transformar em ação as propostas apresentadas.

SÍLVIO VAZ DE ALMEIDA

Diretor-Superintendente da Fundação Vale

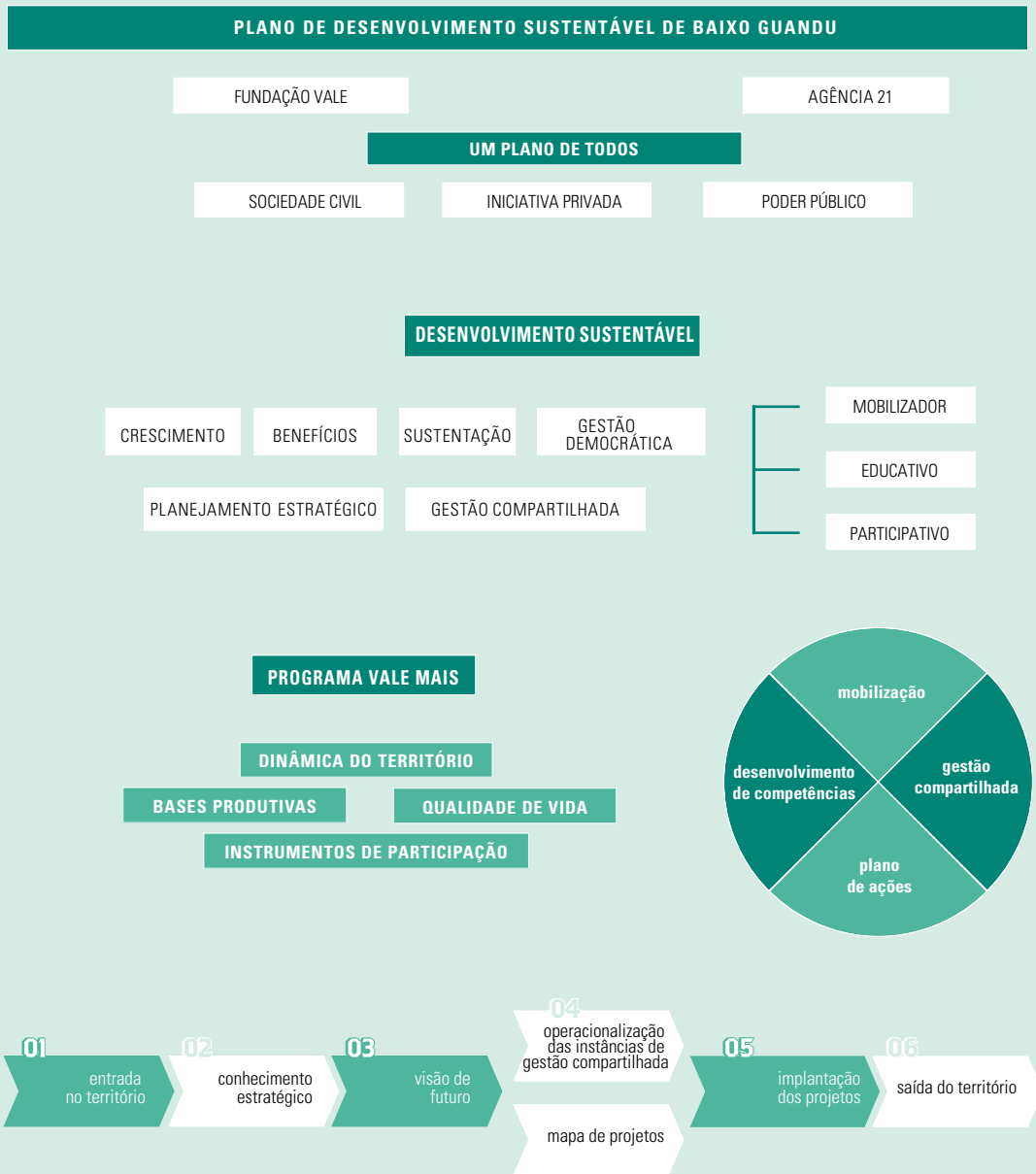






CONSTRUÇÃO

A CONSTRUÇÃO



FUTURO EM CONSTRUÇÃO

Que Município é este? Quem somos? O futuro tem muitas perguntas que levarão anos, talvez décadas, para serem respondidas. Mas podemos antecipar parte desta trajetória, tentar fazer planos, buscar o melhor projeto para a cidade como um todo.

Para construir este novo ideal precisamos conhecer o lugar, suas características, sua gente, sua realidade local, a dinâmica da região. A metodologia do Programa Vale Mais parte do princípio do diálogo, da participação direta de todos os segmentos que representam o município de alguma forma, promovendo a troca de idéias entre os diversos setores.

Esta parceria, este fazer conjunto é a base para o que queremos construir. Como se todo o município procurasse solidificar seus sonhos em uma forma única, consensual. Poder público, iniciativa privada, sociedade civil, gente importante, gente comum, todos com o mesmo espaço para expor suas opiniões.

Durante este processo, um dos nossos primeiros passos é o de conhecer essa realidade local, sua terra, sua gente, sua economia, suas características mais fortes. A partir daí tentamos em conjunto compor um esboço de futuro que contenha em seu horizonte as oportunidades e os desafios atuais.

A visão é trabalhada então para desenhar um Plano de Ação para toda a região. Começamos a pensar numa estrutura de gestão, numa forma de transformar esta visão num planejamento que permita estabelecer as bases para as estratégias adequadas, temas principais e suas respectivas ações.

Partindo destas diretrizes principais estabelecidas, nos dividimos em grupos de trabalho para detalhar as estratégias e ações relacionadas a cada um destes temas convocantes.

Para consolidarmos este plano final, é preciso então estabelecer um novo compromisso entre os participantes. Precisamos do consentimento de todos para validar este documento final. Com os acertos e inclusões finais feitas pelos participantes do programa, ele passa a ser um compromisso para o futuro.

Não basta tê-lo, é preciso que esta construção mantenha sua solidez. A estrutura de gestão democrática tem que estar pronta para implantar e fiscalizar esse Plano, para que sua trajetória siga livre e sem impedimentos. É um esforço que envolve a participação de muitas pessoas.

É hora de mobilizar, AGIR e colocar em prática o que imaginamos. Este Plano passa a ser de todos, do município, de cada esquina, cada casa, de qualquer habitante da região. É um momento decisivo, pois estamos falando de muitos futuros, do destino de milhares de habitantes, de gerações que anseiam por uma melhor qualidade de vida.

A chama precisa continuar acesa, mantendo o espírito de transformação e esperança que tomou conta do município desde a primeira reunião. O futuro é aqui e agora, e tem que ser construído com as próprias mãos de seus cidadãos.

Rodrigo Poncio Solha
agente de viagens e
produtor florestal

Sentimento que move

Transformação e inquietação, estes são os sentimentos que fazem parte da esperança na construção de um futuro melhor para a cidade. A esperança de mudança é o que impulsiona as pessoas a procurarem formas de efetivar esse grande desejo.

No início, é preciso entender o município, sua gente e as condições existentes, apontar os pontos positivos e negativos locais, e as oportunidades de desenvolvimento. As pessoas interessadas em agir pelo município são reunidas e convidadas a conversar sobre o projeto de um novo tempo de realizações e empreendimentos.

Acima de tudo, é mostrada a importância de cada morador participar desse planejamento e da transformação pela união de todos os setores do município em torno do mesmo ideal. Através deste diálogo objetivo começa a se compartilhar um futuro melhor, com a cara de todos que ali vivem.

“Conheci o Programa através da Associação de Produtores Rurais. Esse projeto me empolgou desde o início. Estamos muito entusiasmados por perceber que a proposta do Vale Mais é real e pode transformar a situação local. Temos que trabalhar em todas as áreas da sociedade para que haja um bom desenvolvimento, pois estão todas interligadas.”



Conheci o Programa Vale Mais através de um amigo de Resplendor que me convidou a participar de uma reunião sobre um programa de desenvolvimento na região. Foi amor à primeira vista. O conteúdo transmitido ia de encontro com minhas convicções cooperativas e de um desenvolvimento sustentável regional. Para alcançarmos o desenvolvimento sustentável, é necessário a organização e capacitação da sociedade civil, transformando nossas necessidades e problemas em projetos e, através de uma gestão compartilhada, buscarmos juntos os meios (recursos financeiros e tecnologia) para transformar nossa realidade.

Celma Côrtes Bussular
funcionária pública municipal
do Poder Legislativo, participa da
Associação de Pequenos Produtores
Rurais e membro do Conselho de
Direito da Criança e do Adolescente



Os números da fase



Atores Mobilizados

58



Atividades Realizadas

3

Sentimento de descoberta

Conhecer e descobrir. Quando se sabe mais ou se conhece mais sobre alguma coisa, é possível ter uma visão mais abrangente daquele assunto, com avaliações mais completas e certas sobre suas reais condições e possibilidades. Essa é a proposta do Programa Vale Mais para a construção de um futuro melhor e sustentável para a cidade. Descobrir suas peculiaridades, desejos e aspirações através do conhecimento em pesquisas com os moradores da região. Para realizar este trabalho vários jovens foram treinados e capacitados para aplicar as pesquisas de campo. Com sua energia e empenho, por meio de centenas de entrevistas, nas áreas mais distantes do município, recolheram depoimentos, informações e dados essenciais para o Programa Vale Mais – Baixo Guandu. Com o resultado ajudaram a elaborar um mapeamento do município e da região, levantando as principais questões relacionadas à qualidade de vida e às aspirações de seus moradores.

“O Plano de Desenvolvimento Sustentável mostra o perfil que quero e desejo para o meu município, que é o seu pleno desenvolvimento organizacional.”

Charleston Sperandio de Souza
Cidadão de Baixo Guandu

“O treinamento foi ótimo, feito por pessoas muito capacitadas. Descobrimos novas oportunidades, aprendemos como nos envolver com as pessoas, como elas estão inseridas na sociedade e sobre as necessidades da nossa comunidade. A pesquisa foi um processo muito interessante. Fomos muito bem recebidos, na maioria das vezes. Eu descobri outras atividades econômicas que não sabia que existiam, como o comércio de frutas. O Projeto vai fazer com que a cidade cresça e se desenvolva sócio-economicamente.”

Adriano Andratta Quenelli
estudante de farmácia, jovem pesquisador

Os números da fase

	Número de Jovens Pesquisadores 9
	Pesquisas com Entidades (Entidades Sociais, Poder Público e Empresas) 74
	Pesquisas com Moradores 199
	Atividades Realizadas 10

Sentimento de unidade

As pessoas querem sempre buscar melhorias na sua qualidade de vida, ter oportunidades, trabalhar pelo desenvolvimento de sua cidade, sua terra. Esse sentimento empreendedor é o que nos motiva e nos une, dando forças para que possamos traçar metas para a construção de um futuro melhor.

O Programa Vale Mais ressalta a importância de juntar todo o conhecimento gerado sobre o lugar, sua gente, sua realidade local, a dinâmica da região, para idealizar um novo município.

Para isso é preciso também alinhar as idéias de todos, através de um intenso diálogo entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil. Procuramos então reunir os sonhos de todos em um consenso de futuro que será consolidado pela integração dos moradores locais, definindo metas para esse trabalho e estratégias para alcançá-las.

Ao dividirmos estas mesmas expectativas e desejos para o município, a cumplicidade e solidariedade dos participantes do Vale Mais permitem que seja formada uma Visão de Futuro comum para a região.

Ela é o cenário que queremos, e o destino para o qual pretendemos seguir, na busca de um desenvolvimento sustentável para Baixo Guandu.

Os números da fase



Atores Mobilizados

60



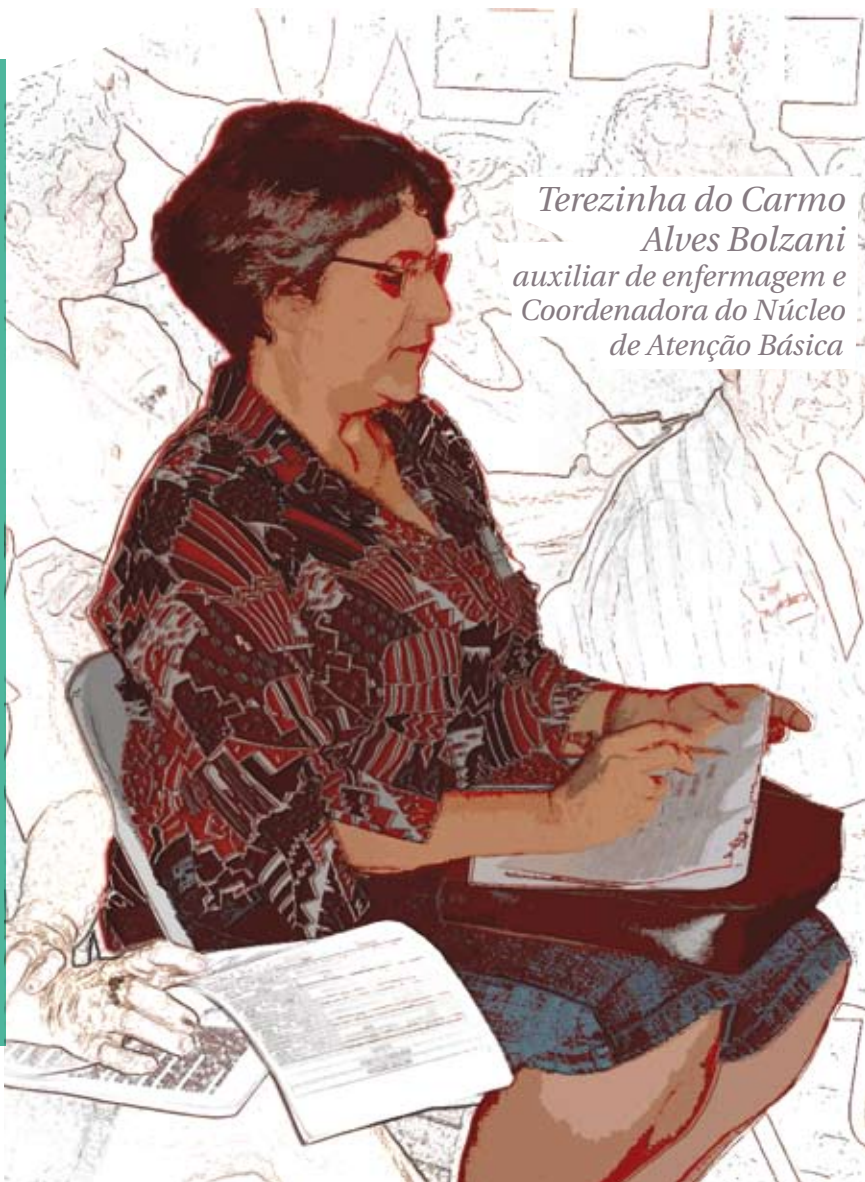
Atividades Realizadas

1

“**C**onheci o projeto através de um jovem pesquisador

e abracei a causa com muito carinho porque o Programa vem trazer muitos benefícios para o nosso município e melhorar a qualidade de vida. Desde que conhecemos a proposta do Programa Vale Mais, sempre tivemos a esperança de que daria certo. O fato do processo de debate ocorrer de forma linear é muito vantajoso, pois você acaba participando com mais amor e mais conhecimento de causa. Eu acredito muito na seriedade dos participantes. Por isso acredito que esse trabalho, realizado de forma democrática e participativa, só tem a dar certo. Falo do Programa no trabalho, na igreja, e quando viajo tenho orgulho de usar a camisa do Programa e saber explicá-lo.”

*Terezinha do Carmo
Alves Bolzani
auxiliar de enfermagem e
Coordenadora do Núcleo
de Atenção Básica*



Sentimento de motivação

O resultado de todo o trabalho conjunto da grande equipe que compõe o Programa Vale Mais com representantes de diversos setores, gente do município que troca idéias e caminha junto com o mesmo ideal, traz um sentimento de valorização do Município. Nas mãos de cada um está parte de um futuro que pode mudar a vida de todos. Todas as pessoas interessadas debatem propostas que possam beneficiar o Município.

Para isso, levam em consideração as informações levantadas sobre aquele lugar, suas potencialidades, seus desafios. Baseados na Visão de Futuro que foi definida anteriormente, eles passam para a construção coletiva de um plano de ações concretas que possa alavancar o processo de desenvolvimento sustentável do Município. Baixo Guandu vibra com um novo tempo. É uma motivação e união de energias capazes de transformar a realidade da população regional, com a participação de todos e a melhoria da qualidade de vida para todos.

“Recebi o convite para participar do Programa e fiquei muito animada pela sua proposta. Acredito que as soluções para a cidade dependem muito de nós, moradores. As autoridades podem fazer muita coisa, mas a transformação mesmo só acontece através da participação de todos. O fato de o projeto ter o caráter participativo da população é ótimo, além de ter um embasamento teórico grande para fortalecer a vivência das pessoas. O Plano de Desenvolvimento Sustentável é muito importante, vai promover ações maiores em pontos estratégicos de desenvolvimento local.”

“Como o ator principal é a cidade, o Programa Vale Mais contribui para o resgate da cidadania e para o desenvolvimento do controle social.”

Terezinha do Carmo Alves Bolzani
Cidadã de Baixo Guandu

Os números da fase



Atores Mobilizados

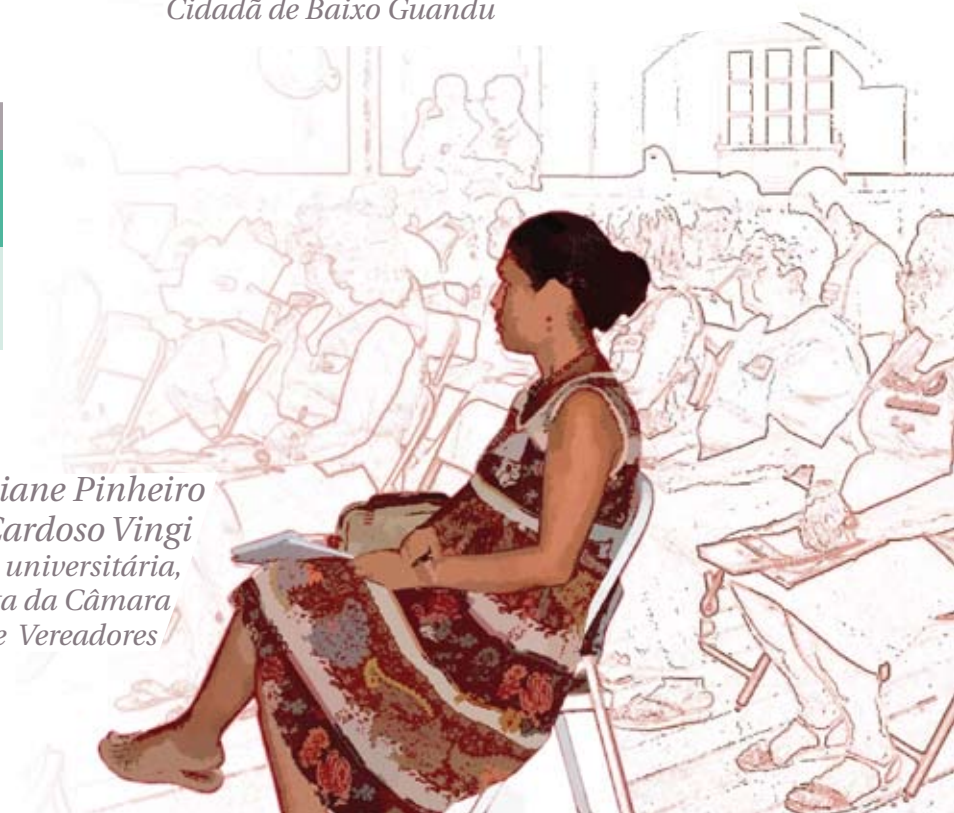
44



Atividades Realizadas

1

*Luciane Pinheiro
Cardoso Vingí
professora universitária,
e Presidenta da Câmara
de Vereadores*



Sentimento de compartilhar

Não basta planejar, é preciso criar um mecanismo de gestão democrática. O Programa Vale Mais propõe um trabalho em equipe para acompanhar as ações e estratégias, de forma a garantir o sucesso do Documento de Visão Estratégica para o Município. Com o comprometimento das pessoas envolvidas procura-se uma forma que tenha representatividade de todos os setores da sociedade. Em todo o processo do Programa Vale Mais todos tiveram que praticar muitas vezes a palavra “compartilhar”. Desde a primeira reunião, os participantes dialogaram, trocando idéias e chegando a pontos comuns, exercitando este fazer coletivo, construindo um espaço de diálogo. É importante manter este sentimento de união e de transparência, para que possamos acompanhar e fiscalizar a implantação deste Plano, pois o futuro de Baixo Guandu depende deste processo.

“S omente discutindo um assunto tão importante, visando uma melhora acentuada de nosso município, com boas intenções de crescimento é que poderemos cobrar e ter um futuro melhor.”

Everton Lobato Pereira
Cidadão de Baixo Guandu e Presidente da Rede AGIR

“O desenvolvimento sustentável é a solução da economia, deve ser realizado com sabedoria na gestão dos recursos.”

Debora Henrique da Silva
Cidadã de Baixo Guandu

Marinette
Dettoni Gobbo
participante do
Programa Vale Mais

Os números da fase



Atores Mobilizados

63



Atividades Realizadas

4

VISÃO DE FUTURO

BAIXO GUANDU

Comunidade unida sonha e constrói
seu crescimento com qualidade de vida para todos.







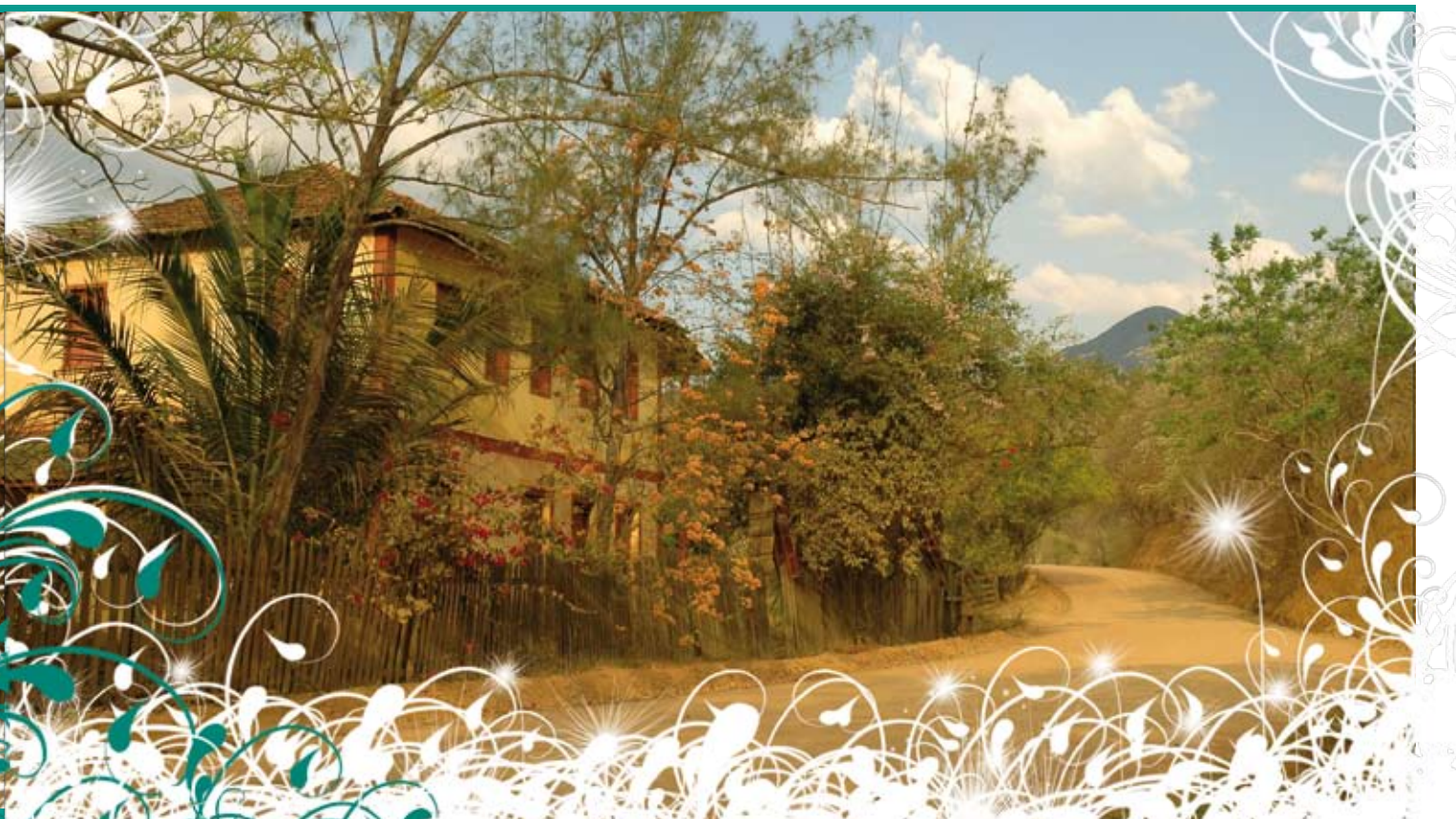
ANO

O PLANO

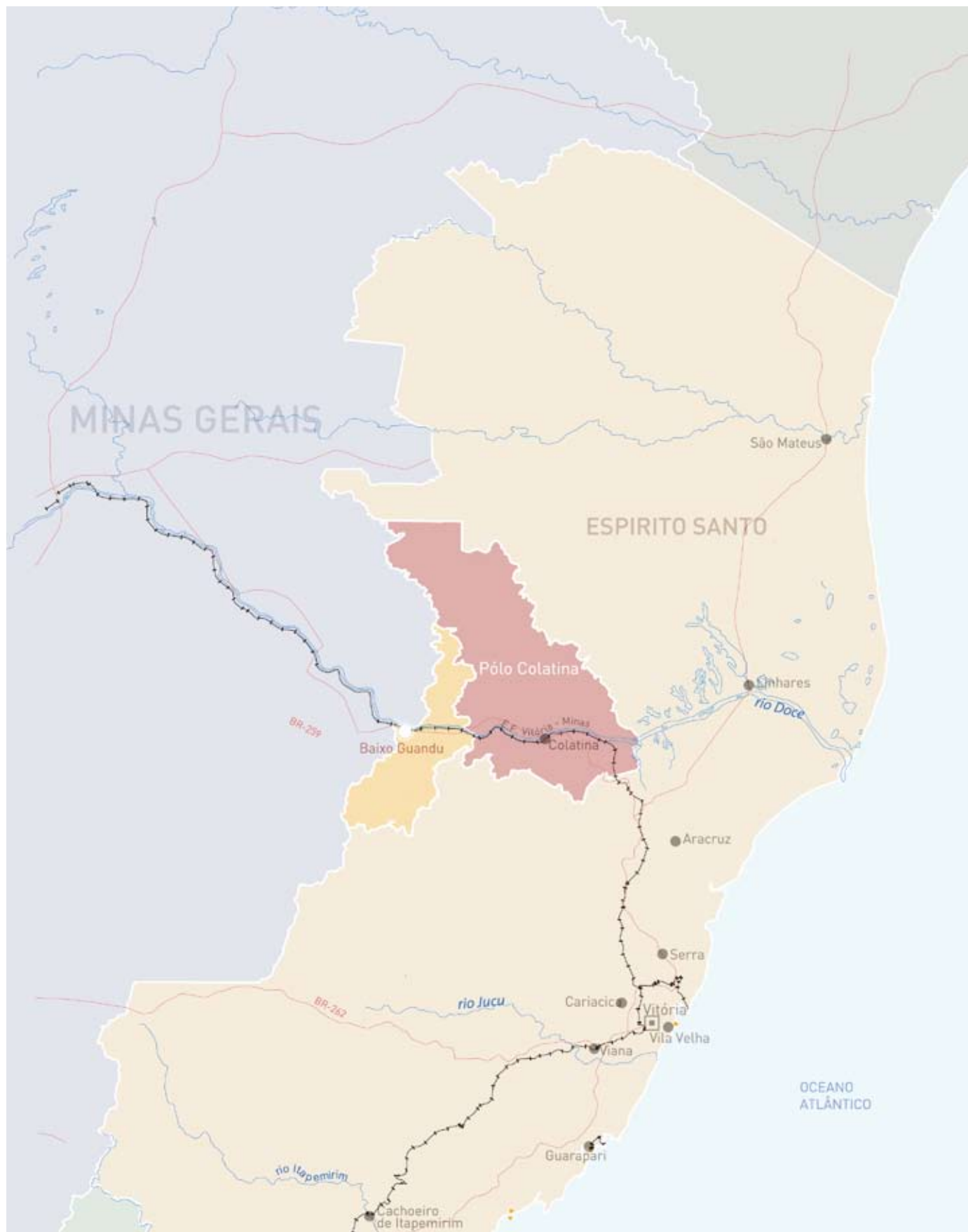




O TERRITÓRIO

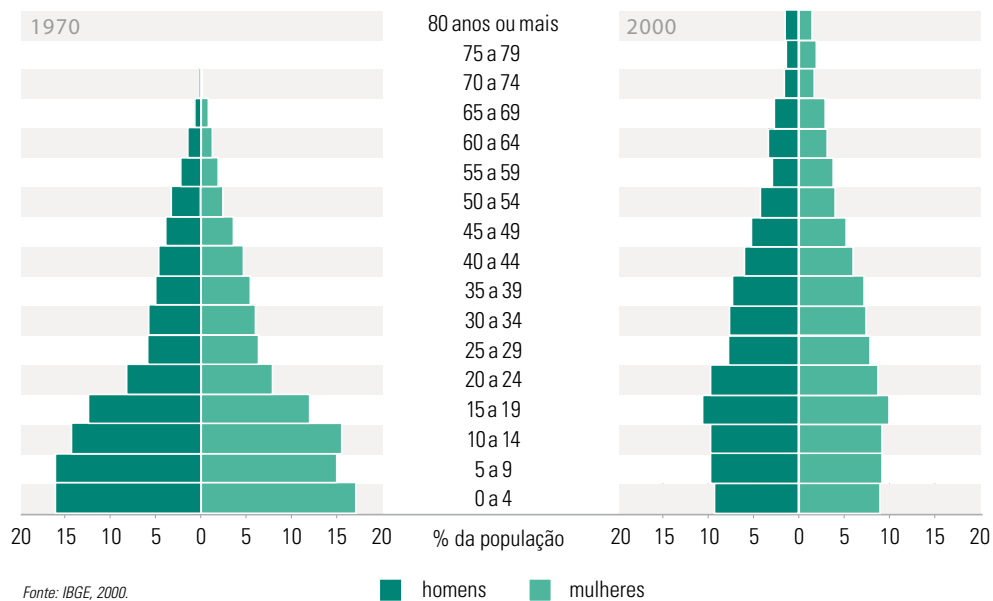


Do ponto de vista das políticas de desenvolvimento, o território é o espaço de atuação por excelência. Além de abrigar os insumos e estruturas – físicas, econômicas e sociais – necessários à produção, o território é o lugar onde emergem as novas formas de interação, parceria e cooperação entre os agentes sociais.

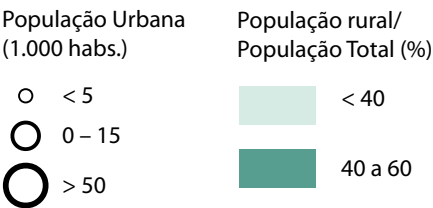
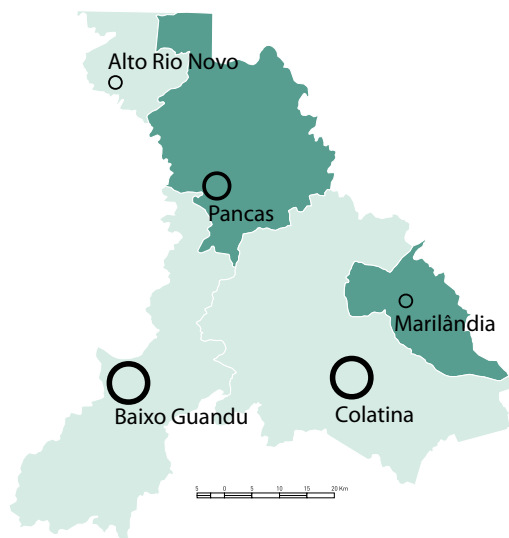


34 | Programa Vale Mais - Baixo Guandu

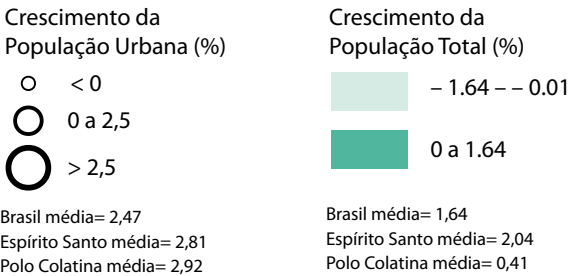
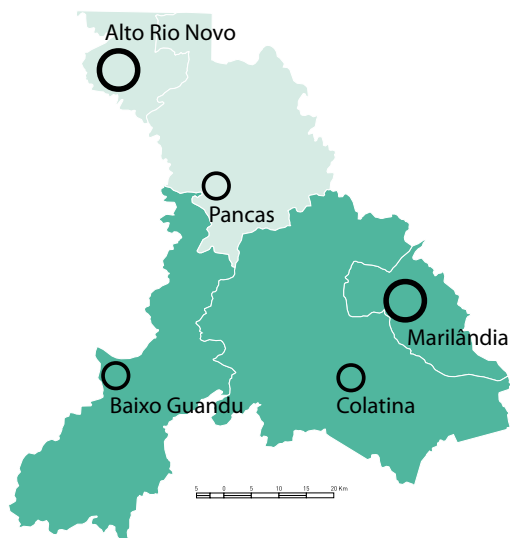
Baixo Guandu – Pirâmide etária (1970 e 2000)



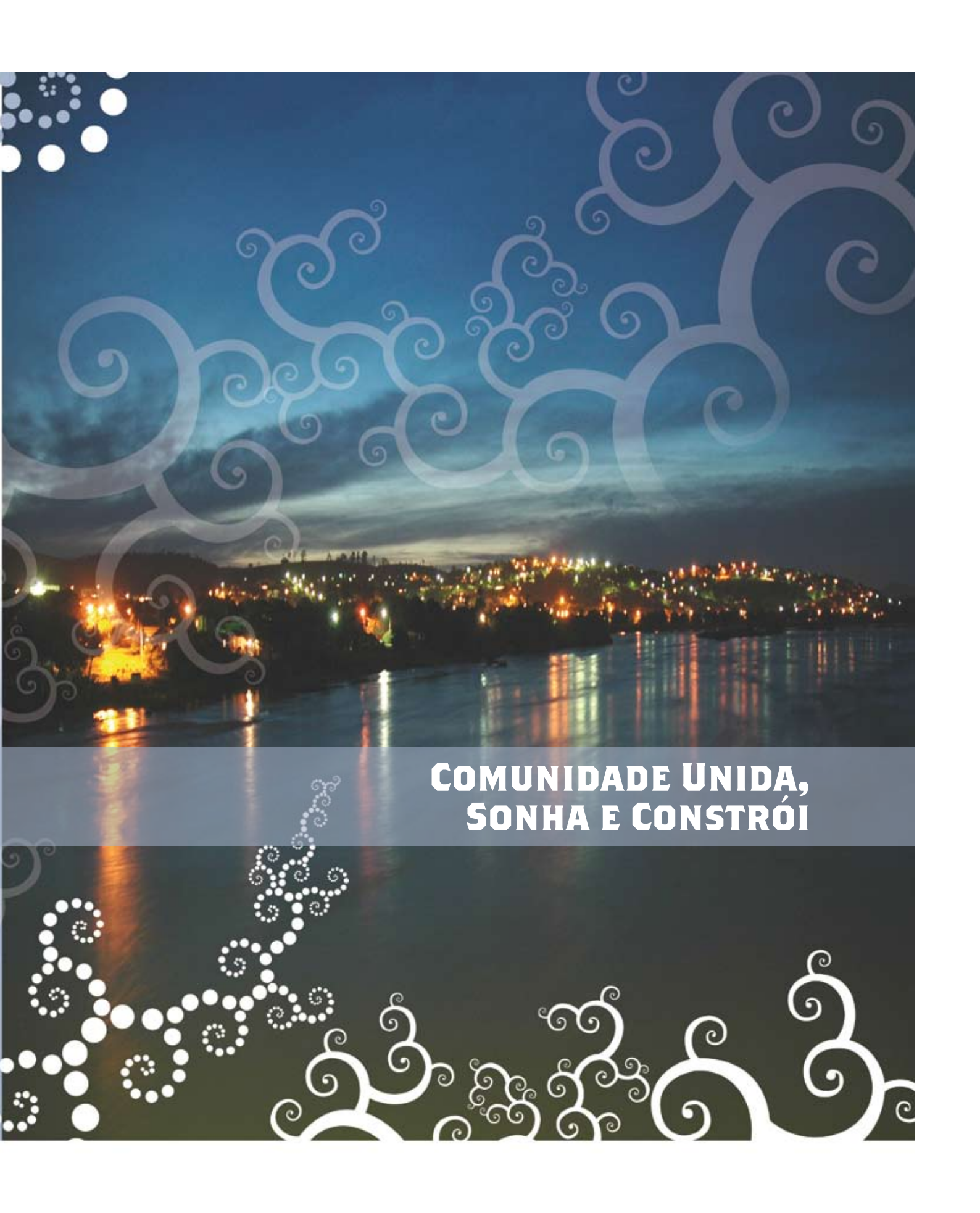
Pólo Colatina – População (2000)



Pólo Colatina – Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População (1991/2000)







**COMUNIDADE UNIDA,
SONHA E CONSTRÓI**

Participar das conquistas da sociedade significa exercer cidadania. Para isso, é preciso ter espaços e instrumentos que garantam a atuação qualificada e capaz de gerar resultados.

A gestão compartilhada diz respeito ao processo de participação da sociedade civil na formulação, execução e fiscalização de programas e projetos de caráter público.

No Brasil, pode-se reconhecer a presença de diversas instâncias (tais como associações, institutos, fundações, movimentos etc.) e mecanismos de caráter participativo. Ambos ganharam maior visibilidade e protagonismo político no final da década de 80, mas atualmente estão presentes nos diversos municípios do país.

Para analisar o vetor gestão compartilhada no Município de Baixo Guandu foram realizadas pesquisas quantitativas e qualitativas que permitiram coletar informações sobre:

- a) a atuação, papel e trajetória das entidades sociais presentes no Município;
- b) as instâncias de participação existentes e a sua eficiência;
- c) o grau de participação dos moradores nos âmbitos políticos de caráter participativo.

Para facilitar a construção do diagnóstico e oferecer subsídios para a construção da Visão de Futuro, os estudos realizados tiveram o propósito de mapear tanto as iniciativas existentes e as principais conquistas, como os obstáculos e dificuldades presentes no processo de construção da gestão democrática.

AS ENTIDADES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU

O estudo das entidades sociais atuantes no Município de Baixo Guandu foi desenvolvido através de pesquisa de campo realizada por jovens pesquisadores.

Nessa ocasião foram realizadas 33 entrevistas (selecionadas a partir de uma amostra estatística representativa) com entidades que desenvolvem atividades e ações sociais no município. Desse universo, 24,2% pertencem ao setor público, 27,3% à iniciativa privada, e 48,5% são entidades sem fins lucrativos, sendo que 33% deste grupo são associações.

Trajetória e atuação

Em linhas gerais, pode-se afirmar que as entidades sociais atuantes no Município de Baixo Guandu têm uma trajetória histórica de média duração, já que 28% delas tem uma existência entre 2 e 5 anos, e a maior parte (71,4%) atua há mais de 10 anos.

Também, observa-se que 21,4% das entidades correspondem a organizações profissionais de classe ou sindicatos, 18% atuam nas áreas de religião e de educação e pesquisa, e 14,3% desenvolvem projetos e ações nas áreas de serviços legais, políticos e defesa de direitos. Na mesma proporção, existem entidades que desenvolvem projetos de assistência e promoção social.

Em Baixo Guandu, 19% das entidades desenvolvem atividades de formação através de palestras, mas

também existem no município organizações que atuam nas áreas de assistência pessoal e familiar (16,7%). A maior parte das atividades realizadas por estas entidades (75%) são oferecidas à população local de forma gratuita.

Público atendido

A maior parte das entidades definiu tanto a população feminina como a masculina como seu público alvo (89%), 22% declarou atender a todas as faixas etárias e na mesma proporção a população adulta, 20% jovens e idosos respectivamente, e 16% crianças. Por sua vez, a população de baixa renda também constitui um público destacado para essas organizações.

Com relação à escala de atuação (quantidade de pessoas atendidas) observa-se que a maioria das organizações do município atende um público de mais de 50 pessoas, sendo que 28,6% das entidades declararam atender de 200 a 500 habitantes, e apenas 10% conseguem abranger mais de 5.000 pessoas. Levando em consideração a população total do Município (27.819 habitantes), pode-se afirmar que a escala de atuação destas entidades sociais é reduzida.

Recursos financeiros, humanos e infra-estrutura

Com relação aos recursos financeiros geridos pelas entidades sociais, observa-se que 100% dos recursos são de origem nacional. É interessante observar que 54,2% das entidades não geram recursos próprios, e 33% declararam ser responsáveis pela geração de receita. Para as entidades do município de Baixo Guandu as fontes de receita provêm de origens diversas, sendo que 20% são de contribuições de associados, e 10% são oriundas de doações de pessoas físicas, prestação de serviços, convênios com governos e campanhas.

As entidades sociais de Baixo Guandu desenvolvem as suas atividades contando com equipes remuneradas conformadas por 37% de profissionais e 12%

de funcionários administrativos. Além disso, 50% das organizações declararam contar com estruturas de voluntários.

As organizações sociais do Município desenvolvem seus trabalhos contando com infra-estrutura precária, já que 54% não possuem equipamentos de informática, 43% dispõem de até 5 computadores e 67% das entidades do Município não têm conexão à Internet.

Relacionamento, comunicação e informação

Certamente, a construção de redes sociais e institucionais contribui para ampliar o potencial de desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade, possibilitando a otimização de recursos e a articulação de políticas de caráter transversal. Para medir o capital social de um território é fundamental mapear a natureza das parcerias e relacionamentos e os instrumentos de informação e comunicação utilizados pelas entidades existentes.

O estudo realizado indica que os relacionamentos entre as entidades sociais do município se estabelecem através da organização de eventos de forma conjunta (30%), através de parcerias para realização de projetos (27%), e por meio do apoio financeiro ou técnico (20%).

Em Baixo Guandu, 68% das entidades sociais não estão filiadas a nenhuma rede nacional e/ou internacional, porém 61% manifestaram ter interesse em iniciar relacionamentos com organizações sem fins lucrativos (36%).

Com relação aos instrumentos de comunicação utilizados pelas entidades sociais do município, observa-se que os mais frequentes são aqueles que implicam baixos custos (investimentos) tais como cartazes (20,45%), folders ou panfletos (13%) e o “boca a boca” (23%). Embora esses instrumentos possam ser eficientes para divulgação local, eles apresentam limites na visibilidade/projeção das entidades para além do município (no nível regional, estadual, nacional e/ou

internacional). De fato, são muito poucas as organizações que divulgam as suas atividades na mídia, já que 46% dos entrevistados declararam que isso acontece ocasionalmente.

Expectativas

De modo geral pode-se afirmar que a maior parte dos entrevistados manifestou-se otimista com relação ao processo de desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida do Município. Neste sentido, é interessante ressaltar que 79% das entidades contam com ações planejadas para os próximos anos.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

No quadro que segue apresentamos o panorama das políticas participativas e das instâncias de participação comunitárias no município de Baixo Guandu.

Os estudos realizados no município apontam tanto para o desconhecimento da população sobre as políticas e instâncias de participação comunitária existentes, como para o baixo grau de participação da população local.

Na pesquisa com moradores, aproximadamente 62% dos entrevistados manifestaram desconhecer

a existência de conselhos e 73%, a existência dos consórcios municipais e regionais. Deste universo, 82% declararam não conhecer a experiência do orçamento participativo, 84% desconhecem qualquer encaminhamento de ações para o Ministério Público e 72% não possuem conhecimentos sobre as audiências públicas.

Por sua vez, 79% dos entrevistados declararam desconhecer a existência de movimentos sociais e 75% deste grupo nunca atuaram em manifestações de mobilização popular, situação que, segundo os entrevistados, está também ligada à falta de conhecimento ou informação.

Chama a atenção que 69% dos moradores declararam não estarem interessados em se envolver em alguma prática de caráter participativo, porém 67% dos entrevistados manifestaram que caso fossem participar, o interesse estaria centrado em melhorar a situação da comunidade. Na maior parte dos casos, a não participação está diretamente ligada à falta de informação ou desconhecimento sobre a existência de práticas ou instâncias de participação. Outro dado interessante é que 31% dos entrevistados declararam que consideram os conselhos uma das instâncias participativas mais eficientes.



Avaliação dos instrumentos de gestão participativa em Baixo Guandu

POLÍTICAS/INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS	EXISTÊNCIA NO MUNICÍPIO		OBSERVAÇÕES
	Sim	Não	
Ouvidorias Públicas		X	Importante canal de relacionamento do poder público com a sociedade. Ainda não existem no Município.
Ministério Público	X		O Ministério Público é considerado como omissor em determinadas ações, mas com uma atuação mais eficaz na área social de Baixo Guandu. O aumento do quadro indica que a agilidade dos processos pode melhorar.
Consórcios Municipais ou Regionais	X		Consórcio Rio Guandu (Prefeituras de Brejatuba, Afonso Cláudio, Laranja da Terra e Baixo Guandu, com participação da ESCELSA, da CESAN e do SAAE etc.). Suas ações são eficazes e amplas, e objetivam a promoção do desenvolvimento sustentável nos municípios envolvidos.
Orçamento Participativo		X	Existe um movimento para a criação do Orçamento Participativo. Entretanto, há falta de interesse por parte da população para implementá-lo efetivamente.
Conselhos Municipais	X		Conselhos de Assistência Social, Tutelar, Saúde, Educação, Agricultura são conselhos deliberativos e tem um bom funcionamento. Conselhos consultivos da Merenda Escolar e da Mulher, este último deixou de funcionar na gestão passada. Conselhos do Meio Ambiente e da Defesa do Consumidor. O Conselho de Segurança Pública já foi aprovado. O Conselho do Plano Diretor Municipal foi criado em 2006 pelo Plano Diretor. O poder público está dando autonomia aos Conselhos. A maioria dos Conselhos não possui sede própria, nem contam com dotação orçamentária, com exceção do Conselho de Saúde, que tem verbas para o seu funcionamento. Dificuldade: falta de informação.
Agenda 21		X	
Plano Diretor	X		Aprovado em 2006 (lei municipal nº 2362).
Planos Plurianuais	X		PPA's na área da Saúde e Educação; está em vigor o planejamento aprovado em 2004/2005.
Parcerias Público-Privadas	X		Consórcio Hidrelétrica Aimorés com a APAE, hospital, Lar Santa Terezinha, Associação de Pescadores, Polícia Civil e Militar e com a Prefeitura.
Audiência Pública	X		Audiência Pública do Meio Ambiente (Lagoa Preta) Audiência do Combate ao Crime Organizado Audiência de Prestação de Contas (Saúde) Audiência de Licenciamento da Construção da Hidrelétrica Audiência da Construção da Passarela da VALE ONG para Revitalização da Pedra do Souza (Meio Ambiente) Instituto Mon Senhor Alonso Associação de Pescadores do Rio Novo do Vale Associação de Moradores do Bairro Mauá
Organizações sem fins lucrativos com visibilidade no Município	X		As ONG's funcionam e atuam em políticas públicas. APAE (em parceria com Conselhos e Prefeitura conseguiu fazer com que o excepcional fosse visto e tratado com respeito pela população guanduense) Associação dos Amigos do Hospital (parceria com o Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés), Maçonaria e Alcoólicos Anônimos desenvolvem bons trabalhos no Município.



**QUALIDADE DE VIDA
PARA TODOS**

precisa ser modificado com o intuito de viabilizar um ambiente urbano com verdadeira qualidade.

O núcleo inicial da atual cidade de Baixo Guandu foi estabelecido na confluência dos rios Doce e Guandu no final do século XIX. Sua importância estratégica para o trânsito de mercadorias entre o litoral e o interior de Minas Gerais consolidou o povoamento neste sítio. Com a implantação da Estrada de Ferro Vitória-Minas, nos primórdios do século XX, a ocupação urbana também incorporou o entorno da estação ferroviária e expandiu-se ao longo do Rio Guandu.

O crescimento permitiu a abertura de vias e a construção de novas edificações. A evolução desta dinâmica favoreceu a reformulação da cidade, a mudança na paisagem e a configuração de novos espaços no território. A despeito desses avanços, seus cidadãos sentem que o município hoje carece de melhorias intra-urbanas, de uma reformulação paisagística e de novos desenhos para que a cidade realmente possa ser um componente positivo na qualidade de vida de sua sociedade.

PLANEJAMENTO, LEGISLAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

A ordenação do espaço urbano se faz por meio da aplicação eficaz de legislações (federal, estadual e municipal). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 182 e 183, subordinou o cumprimento da função social da propriedade urbana às exigências da ordenação das cidades. O Estatuto da Cidade, lei Federal 10.257 de 2001, regulamentou os artigos constitucionais citados, estabeleceu diretrizes gerais da política urbana e previu a instrumentalização dos cidadãos para que estes possam participar da gestão das cidades. O Estatuto da Cidade também atribui especial papel aos Planos Diretores, definindo-os como importantes instrumentos da política de desenvolvimento urbano.

O Plano Diretor de Baixo Guandu (lei municipal nº 2362), elaborado em 2006, e que deverá ser revisado

a cada 5 anos, apresenta como principais objetivos: a promoção da integração e complementaridade das atividades urbanas e rurais, considerando o desenvolvimento sócio-econômico sustentável do município; o ordenamento do uso e da ocupação do solo pela introdução de normas urbanísticas; o controle do adensamento demográfico; a promoção da função social da cidade e o uso justo e equilibrado do território; a preservação e a recuperação de áreas de valor paisagístico, histórico e natural; o estabelecimento de ferramentas de participação social no planejamento e gestão da cidade; a justa distribuição de equipamentos urbanos e a recuperação da valorização imobiliária resultante da ação do poder público para a coletividade. A mesma lei também versa sobre o zoneamento ambiental; a definição do perímetro urbano; o parcelamento e o uso e ocupação do solo. Além destes instrumentos de planejamento, são definidos institutos tributários, financeiros, jurídicos e políticos.

A pesquisa do IBGE sobre a gestão pública dos municípios brasileiros (2004) destaca a presença de leis orçamentárias (orçamento anual e diretrizes), além da legislação referente ao planejamento urbano. Segundo o Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (IPES), em 2005, os gastos com infra-estrutura representavam a segunda maior despesa de Baixo Guandu, logo atrás da educação, e constituíam cerca de 28% da receita municipal. Tal percentual, naquele momento, significava o gasto de R\$ 339,40 per capita, com saneamento, habitação, transporte e urbanismo. Cabe destacar que o Plano Diretor instituiu o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e Regularização Fundiária (FUNDERF), cujos recursos serão, segundo a lei, prioritariamente aplicados em programas de urbanização, regularização fundiária, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, praças, áreas verdes e de obras de infra-estrutura nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

nitária e a falta de integração entre elas constituam entraves para o seu desempenho.

Durante o Programa Vale Mais os cidadãos de Baixo Guandu deixaram clara a sua vontade de participar da tomada de decisões e dos debates sobre o futuro do município, seja pela adesão e pelo envolvimento com o Programa Vale Mais, ou pela atuação qualificada dos participantes.

Além disso, importantes estratégias foram criadas para a ampliação das formas de participação e da própria consciência a respeito da cidadania participativa, tais como o desenvolvimento de novas instâncias de participação e de protagonismo juvenil, o fortalecimento de organizações sociais e a democratização do acesso à informação, como elemento fundamental à participação social. Com relação a este último item, destaca-se que o Plano Diretor prevê a atualização, por parte do poder executivo, de um sistema de informações municipais sociais, culturais, econômicas, financeiras, patrimoniais, administrativas, físico-territoriais, inclusive cartográficas e geológicas, ambientais, imobiliárias e outras de relevante interesse para o cidadão, com ampla divulgação.

PRINCIPAIS PROBLEMAS EM BAIXO GUANDU

A pesquisa feita com moradores de Baixo Guandu, durante a fase de Conhecimento Estratégico do Programa Vale Mais, buscou identificar e avaliar, segundo a percepção dos mesmos, a qualidade de vida no Município, investigando aspectos relativos às condições de moradia, serviços públicos de consumo coletivo e principais problemas do meio urbano.

Os 199 entrevistados pelos Jovens Pesquisadores foram convidados a apontar os três principais problemas que eles e suas famílias enfrentam (ou enfrentavam no momento da pesquisa) no Município. Percebe-se que além dos problemas relacionados à infra-estrutura da cidade, problemas sociais e ambientais, como a falta de emprego, a

qualidade do atendimento dos serviços de saúde e a segurança pública estão entre as maiores preocupações da população.

Principais problemas do Município	%
Falta de emprego	55
Qualidade de atendimento nos hospitais e postos de saúde	43
Qualidade de ruas, avenidas e estradas	38
Segurança pública	28
Drogas	26
Falta de praças, parques e jardins	25
Falta de lazer, esportes, eventos culturais	19
Poluição do meio-ambiente	16
Qualidade do ensino nas escolas	12
Abastecimento de água e esgoto	11
Transporte coletivo e trânsito	6
Recollhimento de lixo	5
Falta de programas de habitação	4
Falta de obras contra enchentes	3
Energia elétrica, iluminação pública	3

Note-se que o somatório dos percentuais não é igual a 100 pois esta pergunta admitia respostas múltiplas

Fonte: Pesquisa com moradores – Programa Vale Mais 2005.

QUALIDADE DE VIDA E INFRA-ESTRUTURA

O conceito de qualidade de vida não se refere apenas ao padrão de vida, relacionado com a situação econômica da população. Quando falamos em qualidade de vida estamos nos referindo à satisfação do conjunto das necessidades humanas; tanto as materiais básicas, como saúde, moradia, alimentação e trabalho, quanto as “não-materiais”, como educação, cultura e lazer. Para alcançar este objetivo é necessária uma “infra-estrutura” capaz de atuar em benefício do bem comum, manter o meio limpo e adequado ao desenvolvimento da sociedade e da própria cidade, respeitando os recursos naturais, e servindo de insumo para o crescimento econômico.

Portanto, é fundamental que a qualidade de vida esteja presente em qualquer agenda que envolva a discussão sobre metas sociais. Uma infra-estrutura

Domicílios particulares permanentes, segundo condição de ocupação

Condição de ocupação	Urbana	%	Rural	%	Total	%
Próprio, já pago	3.633	47,8	1.025	13,49	4.658	61,29
Próprio, ainda pagando	136	1,79	5	0,07	41	1,86
Alugado	1050	13,82	5	0,33	1075	14,15
Cedido por empregador	66	0,87	857	11,28	923	12,15
Cedido de outra forma	586	7,71	147	1,93	733	9,64
Outra condição	25	0,33	45	0,59	70	0,92
Total	5.469	72,32	2.104	27,69	7.600	100

Fonte: IBGE, 2000.

qualificação de áreas com infra-estrutura incompleta e carente de equipamentos sociais, viabilizar a coerência de tipologias e a reciclagem de edificações para novos usos, e evitar a expulsão de moradores de baixa renda de áreas consolidadas e providas de infra-estrutura e serviços.

Além da merecedora atenção dada, o plano diretor também instituiu, como citado anteriormente, o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e Regularização Fundiária (FUNDERF), que tem como uma de suas prioridades a própria regularização fundiária.

Outro instrumento importante que Baixo Guandu ganhou com o Plano Diretor foi o “Loteador Social”, que se aplicado conforme descrito, poderá trazer benefícios diversos ao município. Através deste instrumento, empreendedores privados, em parceria com o poder executivo municipal, poderão produzir, nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), edificações destinadas a diminuir o déficit habitacional do município.

Ainda no âmbito da questão habitacional no Plano Diretor, destacam-se a “concessão do direito real de uso” e a “usucapião especial de imóvel urbano”, pelos quais aquele que possuiu como seu, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, imóvel em terreno de até duzentos e

cinquenta metros quadrados, em área pública, situado nas Zonas Especiais de Interesse Social (01 e 02, definidas no zoneamento municipal), utilizando-o para sua moradia ou de sua família, tem direito à concessão de uso especial para fins de moradia, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

A pesquisa aplicada pelos jovens pesquisadores de Baixo Guandu com os moradores locais também ressaltou a questão habitacional. Porém, procurou abordar a percepção dos moradores sobre as condições físicas de suas residências, os principais problemas existentes e a carência de serviços públicos de consumo coletivo em sua rua, bairro ou distrito.

Convidados a refletir sobre suas condições de moradia, grande parte dos entrevistados as apontaram como de boa qualidade (50%) ou satisfatórias (42%). De acordo com os respondentes, as localidades que oferecem melhores condições de moradia são: Operário, São Pedro, Valparaíso, Sapucaia, Rosário II e Centro. Já as que indicaram oferecer condições mais deficientes são: Ibituba, Alto Guandu e Quilômetro 14 do Mutum. Aqueles que padecem de condições ruins de moradia, se queixam sobretudo de falta de espaço (16%) e da poluição atmosférica causada pelo tráfego ou por indústrias (12%).

Contudo são os serviços de consumo público coletivo que mais afetam a qualidade de vida dos moradores. No Espírito Santo, cerca de 33% dos domicílios não conta com instalações adequadas de esgoto, e aproximadamente 20% não possui abastecimento de água. Em Baixo Guandu, aproximadamente 25% não possui tratamento apropriado de esgoto e 34% não conta com coleta de lixo adequada (IBGE 2000).

árias também tratam de cidadania e distribuição de benefícios.

Também são importantes aspectos de um sistema viário a sua capacidade de permitir os deslocamentos e seus meios de transportes. Por muito tempo no Brasil se privilegiou o transporte individual ao coletivo. Esta opção além de aumentar o transtorno de um trânsito problemático, excluiu boa parcela da população do seu direito de mobilidade.

Baixo Guandu tem as rodovias BR-259, ES-164, ES-165 e ES-446 como principais vias de acesso. O município também possui um campo de pouso localizado na divisa municipal com Aimorés. Não existem vôos regulares, mas o pequeno aeródromo recebe vôos particulares freqüentes. Sua reestruturação tornou-se ao longo do Programa Vale Mais um projeto prioritário para seus participantes. Além disso, o município também é cortado por um trecho da Estrada de Ferro Vitória-Minas, da VALE.

Para 7% dos entrevistados pelos jovens pesquisadores, o trânsito e o transporte coletivo municipal constituem um dos principais problemas do município. Cerca de 14% dos entrevistados afirmaram não contar com o serviço de transporte coletivo em seu bairro ou distrito. De acordo com os participantes das reuniões temáticas, há em funcionamento uma rede clandestina de ônibus que supre a demanda não atendida pelo transporte coletivo regular, já que este não atende a várias localidades e cuja frota não está em boas condições. Desta forma, a melhoria da frota existente, com potencial ampliação, e a criação de linhas circulares para o atendimento a todos os bairros e distritos foram consideradas como estratégicas para a solução da questão.

De maneira semelhante, especial atenção deve ser dada aos transportes alternativos, como a circulação através de bicicletas. Além de permitir o deslocamento rápido em trajetos relativamente curtos, este tipo de transporte não é poluente, contribuindo, portanto, com a preservação ambiental. Diante

Baixo Guandu: Principais problemas existentes nos domicílios (% de respondentes)

Principais Problemas	%
Não existem problemas	37%
Pouco espaço	16%
Poluição ou problemas ambientais causados pelo trânsito ou pela indústria	12%
Ruas ou vizinhos barulhentos	9%
Fundação, paredes ou chão úmidos	8%
Violência ou vandalismo na área de sua residência	7%
Casa escura	7%
Outros	4%

Fonte: Pesquisa com moradores – Programa Vale Mais, 2005.

RUAS, AVENIDAS E ESTRADAS

Há muito tempo as vias públicas são pensadas apenas para os veículos, sendo esquecidos os próprios pedestres, as opções alternativas de deslocamento (como bicicletas, por exemplo) e mesmo toda a dinâmica que ocorre nestas, como o grande conjunto de relações sociais que envolvem lazer, vida comunitária e trabalho. As políticas focadas em vias públicas intervêm tanto na apropriação da cidade quanto nos melhoramentos resultantes destas pelos seus moradores. Por isso, quando se pensa em ações para ruas, avenidas e estradas deve se ter em mente que muito mais que tampar buracos, plantar novas árvores, e abrir vias de maior movimento. As políticas vi-

deste fator e em função de uma parcela considerável da população já utilizar este equipamento, os participantes do Programa Vale Mais apontaram a criação de uma ciclovia e de um calçadão à beira do Rio Doce e da BR-259 como aspecto importante para a melhoria da mobilidade local.

Para 38% dos entrevistados pelos jovens pesquisadores a qualidade das ruas, estradas e avenidas é também um dos principais problemas do Município. A precariedade das vias nas áreas mais afastadas e a existência de tráfego pesado de caminhões nas vias intraurbanas estão entre os fatores que corroboram o problema. Da mesma forma, a ruptura no fluxo e os transtornos viários causados pela linha férrea que atravessa a cidade são apontados como problemas viários de Baixo Guandu. Visando solucionar a questão, em 2007, a VALE e a Prefeitura Municipal firmaram um convênio para a construção de um viaduto e uma passagem subterrânea, ambos para a transposição da linha férrea. O viaduto, ligando a Avenida 10 de abril ao bairro Mauá, permitirá a passagem de veículos pesados. Já o mergulhão, também conhecido como ‘travessia mauá’, destina-se à passagem de pedestres, veículos leves e bicicletas. Estas duas passagens auxiliarão na melhoria do tráfego local , na manutenção da qualidade das vias, e certamente reduzirão o número de acidentes no local. Outro convênio importante foi feito entre a Prefeitura e a Usina de Aimorés, com o objetivo de recuperar as estradas para o escoamento da produção rural e também para a recuperação de vias públicas da área urbana.

A qualidade das vias também depende da iluminação pública e da limpeza urbana. Apenas 2% dos entrevistados indicaram a não existência de iluminação na rua de seu domicílio (Alto Mutum Preto e Vila Nova Bananal). Para 74% dos entrevistados a limpeza das vias de Baixo Guandu é boa. Porém, os moradores de Alto Guandu, Rosário I e II, Sapucaia, Alto Mutum Preto e Ibituba consideram que, nos seus casos, a limpeza é precária.

SEGURANÇA PÚBLICA

A preocupação com a segurança pública vem se tornando um dos pontos mais debatidos nas discussões sobre qualidade de vida. O crescimento da violência urbana no Brasil é nítido e requer muita atenção.

Os municípios são os territórios que sofrem diretamente com a criminalidade e com a violência. Mesmo sendo esta questão de responsabilidade dos estados e da união, o município pode oferecer inúmeras contribuições. Políticas educacionais, de geração de emprego e renda, e de assistência social têm grandes impactos na redução da incidência de jovens na criminalidade. Do mesmo modo, é no município que a sociedade se integra e interage, podendo assim participar da construção de projetos de segurança pública que considerem a identidade do local.

Ainda que a percepção da maioria dos moradores de Baixo Guandu entrevistados indique que o grau de violência seja mediano (57%) e a maior parte destes se sinta segura no município (57%), o desejo de participar de forma mais ativa nos projetos de segurança apareceu com destaque

Baixo Guandu: Indicadores de Segurança Pública – Taxas de Crimes* (por 100.000 hab)

Ano	homicídios	mortes violentas	crimes violentos contra o patrimônio	crimes letais contra a pessoa	crimes não-letais contra a pessoa
1997	3,6	3,6	-	-	-
1998	7,2	7,2	28,8	68,3	445,7
1999	7,2	10,8	25,2	64,7	366,7
2000	35,9	53,9	21,6	86,3	514,0
2001	28,8	39,5	21,6	57,5	578,7
2002	25,2	39,5	32,4	53,9	683,0
2003	25,2	68,3	-	-	-
2004	-	35,4	46,1	-	724,0
2005	53,91	91,8	46	-	884,8

* número de ocorrências dividido pela população total (2000) e multiplicado por 100.000.
Fonte: IPES/ES, 2005.

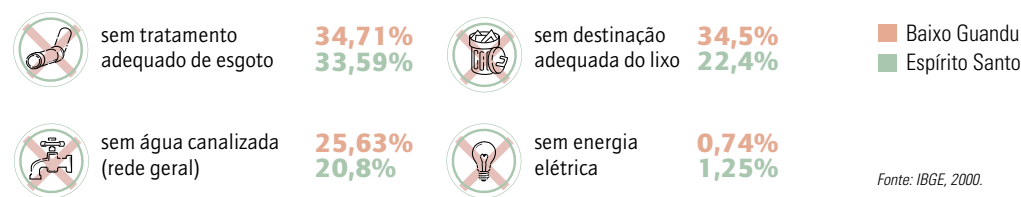
ou na rua (telefones públicos). As localidades que manifestaram maior carência foram: Alto Guandu, Rosário II e Quilômetro 14 do Mutum.

O Município conta com uma agência dos Correios, localizada no centro da cidade. Esta unidade conta com o Programa “Banco Postal”, que presta serviços bancários básicos à população. Aproximadamente

72% dos entrevistados afirmaram utilizar este serviço e o consideraram de boa qualidade.

A melhoria do setor de comunicação é um ponto chave para a população de Baixo Guandu, não só pelo seu desejo de promover a inclusão digital, mas sobretudo por seu intuito de fortalecer as relações entre as suas organizações sociais, o poder público e a comunidade.

Domicílios sem acesso a infra-estrutura básica



Oferta de serviços públicos de consumo coletivo e localidades com maiores percentuais de carência

Serviços	Não existe	Bairros / Distritos que apresentaram maiores carências
Transporte coletivo	14%	Bairros: São Pedro, Valparaíso, Alto Guandu
Pavimentação das vias	13%	Bairros: Valparaíso Distrito: Ibituba, Vila Nova Bananal
Rede de coleta de esgoto	11%	Bairros: São Pedro Distrito: Mascarenhas
Drenagem/escoamento de águas pluviais	9%	Bairro: Alto Guandu Distrito: Alto Mutum Preto
Limpeza das vias	6%	Bairros: Alto Guandu, Rosário I, Rosário II, Sapucaia Distrito: Alto Mutum Preto, Ibituba
Telefonia	5%	Bairros: Alto Guandu, Rosário II Distrito: Quilômetro 14 do Mutum
Coleta de lixo	2%	Distritos: Alto Mutum Preto, Vila Nova Bananal
Iluminação pública	2%	Distritos: Alto Mutum Preto, Vila Nova Bananal
Serviço de abastecimento de água	0	Nenhuma localidade
Fornecimento de energia elétrica	0	Nenhuma localidade

Fonte: Pesquisa com moradores – Programa Vale Mais, 2005.

Baixo Guandu: Utilização de Equipamentos Culturais

Equipamento	Utilização	Localização			Avaliação bom ou satisfatório
		no bairro	no Centro	em outro município	
Biblioteca	27%	9%	85%	6%	57%
Cinema	2%			100%	100%
Museu	1%			100%	100%
Teatro	1%			100%	100%
Centro Cultural	1%		50%	100%	100%
Casa de Cultura	1%			100%	100%

Fonte: Programa Vale Mais, 2005 – Pesquisa com Moradores

Erradicação do Trabalho Infantil também realiza eventos culturais. Outro ativo do Município é o expressivo contingente de descendentes de alemães e italianos.

A despeito da enorme riqueza cultural da região, a participação dos moradores em movimentos culturais é muito baixa: entre os entrevistados, 94% jamais estiveram envolvidos em atividades de grupos culturais locais. Este é o desafio do Cultura em Rede, Programa da Fundação Vale recentemente implantado em Baixo Guandu para estimular o empreendedorismo cultural. O programa oferece oficinas de aperfeiçoamento e consultoria aos artistas e artesãos locais e promove a sua organização em rede. No âmbito do programa, também são organizados eventos culturais e feiras onde os artistas locais expõem produtos e projetos.

Um importante desafio do Município é a preservação de seu patrimônio arquitetônico. Baixo Guandu tem edificações representantes de diversos estilos e tempos, que guardam viva a memória do Município. É certo que a cidade se renovou, surgindo assim construções mais modernas e contemporâneas. Porém, alguns marcos referenciais notáveis

permanecem, como a Igreja Matriz de São Pedro, o Canaã Social Club e o Cine Alba. Diversas edificações no entorno da estação ferroviária e nas proximidades da Praça Getúlio Vargas foram também citadas como remanescentes de períodos mais remotos da história da cidade. Como ativo na defesa do patrimônio edificado local destaca-se o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico. Mais recentemente, com a aprovação do Plano Diretor, o muni-

cípio também passou a contar com o instrumento de proteção do patrimônio chamado tombamento. Esta ferramenta tem como objetivo proteger, preservar e conservar bens imóveis de valor sócio-cultural, ambiental, arqueológico, histórico e paisagístico. Em cada distrito de Baixo Guandu, o Plano Diretor apresenta edificações e monumentos que atendem a estas características, além das edificações citadas anteriormente, como por exemplo o antigo colégio próximo à estação, o prédio da Câmara Municipal, a casa da família Fritz Von Lutzow, o Cachoeirão e seu entorno; parque Ecológico Municipal da Lagoa Preta e a vila histórica do distrito da Vila Nova do Bananal, entre outras.

Baixo Guandu: Utilização de Equipamentos de Esporte e Lazer

Equipamento	Utilização	Localização				Avaliação bom ou satisfatório
		no bairro	no Centro	em outro distrito	em outro município	
Praças	35%	18%	82%			88%
Quadra Poliesportiva	28%	44%	56%			89%
Campos	16%	53%	44%	3%		77%
Piscina	11%	41%	45%	5%	9%	100%
Ginásio	11%	19%	67%	10%	4%	91%
Clubes	10%	36%	59%	5%		100%
Áreas Verdes	2%	33%			67%	100%

Fonte: Programa Vale Mais, 2005 – Pesquisa com Moradores

rés, o Código de Meio Ambiente de Baixo Guandu é muito similar à legislação ambiental estadual, sem qualquer adequação às especificidades locais.

O Plano Diretor Municipal definiu o zoneamento ambiental de Baixo Guandu, caracterizado como instrumento de organização da ocupação territorial para a compatibilização de atividades urbanas e rurais, levando em consideração a capacidade de suporte dos ativos naturais, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do município. Este zoneamento tem como diretrizes: a utilização racional dos recursos ambientais; a compatibilização do desenvolvimento econômico e a conservação ambiental; o estabelecimento de áreas de proteção ambiental; e a harmonização com as normas de planejamento urbano.

As organizações ambientalistas desenvolvem ações de prestígio, como é o caso da Associação de Pescadores do Rio Novo do Vale e da ONG para Revitalização da Pedra do Souza. Porém, alguns fatores como a dificuldade de mobilização da sociedade e a falta de visibilidade de grande parte de seus esforços prejudicam o desempenho de seus serviços.

OS RECURSOS NATURAIS DE BAIXO GUANDU

Uma nova atitude frente à exploração dos recursos naturais é responsabilidade tanto dos governantes como da própria sociedade. Por isso, é necessário conhecer diversos aspectos relativos aos recursos, como: as pressões sofridas, o estado resultante destas pressões, o efeito produzido na vida dos habitantes do território e as ações que visam atenuar ou prevenir os impactos negativos. Desta maneira, avalia-se também a capacidade destes elementos de atuarem no desenvolvimento. Para que estes objetivos sejam alcançados é fundamental que a sociedade esteja consciente da importância de conservar seus recursos naturais como permanentes fontes de riqueza.

Para o conhecimento da realidade do meio ambiente natural de Baixo Guandu foram feitos diversos levan-

tamentos de dados. As entrevistas realizadas pelos jovens pesquisadores e os grupos temáticos foram essenciais para a montagem de um quadro amplo dos problemas e ativos ambientais do município.

Nas entrevistas os moradores foram convidados a avaliar determinados aspectos do meio ambiente de acordo com sua qualidade. Na percepção dos moradores, os recursos hídricos são os recursos cuja qualidade apresentou a pior avaliação da pesquisa.

Baixo Guandu: Avaliação da qualidade ambiental (% de respondentes)

Aspectos	Avaliação	
	BOA	RUIM
Conforto acústico	71%	29%
Qualidade do ar	71%	29%
Qualidade do Solo	73%	27%
Áreas verdes	61%	39%
Recursos hídricos	43%	57%

Fonte: Pesquisa com Moradores – Programa Vale Mais, 2005 .

A degradação ambiental é apontada por apenas 16% dos moradores entrevistados como um dos três principais problemas do município. Entretanto, problemas ligados ao acesso a serviços de consumo coletivo como abastecimento de água e esgoto têm impactos diretos sobre os recursos ambientais, em especial os recursos hídricos. Esta questão foi apontada por 11% dos entrevistados como um dos principais problemas do município.

Os moradores foram também perguntados acerca das principais causas para as alterações ambientais observadas em Baixo Guandu. As práticas de despejo de esgoto e resíduos e a disposição inadequada de resíduos sólidos (lixo) apresentam-se como os maiores graus de importância, significando, na percepção dos moradores, uma correlação mais significativa com a alteração dos recursos ambientais. Esta informação está de acordo com a avaliação dos moradores acerca da degradação dos recursos hídricos do Município. Todas as outras questões foram

consideradas secundárias e receberam um grau de importância médio na pesquisa.

Outro problema relacionado à sustentação de recursos é a falta de visibilidade das ações governamentais ligadas à gestão ambiental. Na pesquisa realizada com os moradores, 88% dos entrevistados afirmaram não conhecer nenhuma ação do poder público ligada ao meio ambiente.

Algumas boas iniciativas vêm sendo executadas em Baixo Guandu. Seus cidadãos reconhecem a importância do controle de uso de agrotóxicos com recolhimento de recipientes. O controle é empreendido com ações de conscientização do produtor rural e adesão das revendedoras. Outra iniciativa importante é o Consórcio Intermunicipal para Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Guandu (também conhecido como Consórcio do Rio Guandu) do qual participam além de Baixo Guandu, os municípios de Brejetuba, Afonso Cláudio e Laranja da Terra. Este consórcio, que tem mais de 10 anos de existência, já obteve várias conquistas, como a realização de um diagnóstico da Bacia do Rio Guandu, o tratamento de esgoto de alguns dos municípios envolvidos, construções de aterros sanitários e unidades de tratamento de lixo, a aprovação dos códigos municipais de meio ambiente, a formação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, entre outras.

Além destas, diversas ações são empreendidas pela Usina de Aimorés, como por exemplo: o programa de gerenciamento ambiental, monitoramento do uso do solo e cobertura vegetal, conservação da flora, resgate da fauna, educação ambiental, entre outros.

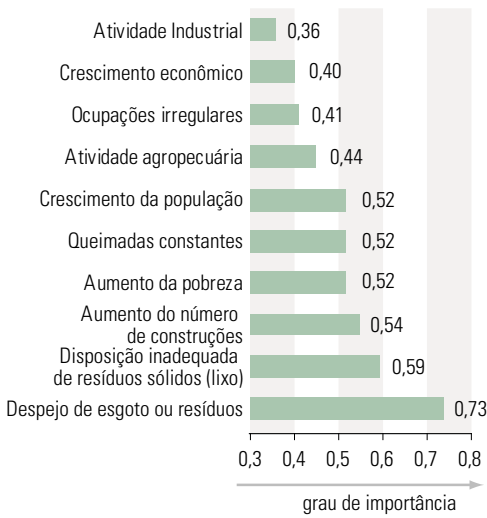
Recursos Hídricos

Baixo Guandu tem como seus principais recursos hídricos o Rio Doce e o Rio Guandu. Foi na confluência dos dois rios que se estabeleceu no final do século XIX o sítio da cidade. Além de sua importância econômica, ambos têm uma importância simbólica para a população, por sua relação direta com

a formação da cidade, de sua memória e mesmo de seus cidadãos. Outros corpos hídricos do município podem ser destacados como o Rio Mutum e os córregos Bananal, Queixada, Água Limpa, do Rosário, Varjão e Jacutina.

Segundo seus moradores, a preservação destes bens é preocupante. Cerca de 57% dos entrevistados apontaram como ruim a qualidade destes recursos. Diversos fatores foram citados pelos participantes das reuniões temáticas como causadores desta má qualidade: o lançamento de esgoto doméstico, agrícola (agrotóxicos), hospitalar e industrial, o despejo de lixo (resíduos sólidos), a degradação das nascentes, a extração de granito e o desmatamento das matas ciliares. Os principais efeitos sentidos pela população são a alteração do volume hidrológico, o assoreamento dos corpos d’água e a diminuição dos recursos pesqueiros.

Baixo Guandu: Principais causas das alterações ambientais (por grau de importância*)



* O grau de importância varia de 0 (zero) – pouco importante a 1 (um) – muito importante.

Fonte: Pesquisa com Moradores – Programa Vale Mais, 2005.

Nesta questão deve-se ressaltar o trabalho do Consórcio do Rio Guandu, com dez anos de existência, que entre as diversas ações que realiza com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável dos municípios, também auxilia na preservação dos recursos hídricos de Baixo Guandu: a proteção e recuperação das nascentes no município, através de convênio firmado entre a Prefeitura Municipal e o Consórcio.

Vegetação e Paisagem

As áreas verdes e a arborização urbana proporcionam diversos benefícios às cidades: embelezam o ambiente, amenizam ruídos, protegem contra ventilação e insolação excessivas, ajudam no controle da erosão, melhoram a qualidade do ar, resguardam mananciais e, além disso, proporcionam áreas de lazer e recreação.

A escassez de praças, parques e jardins foi considerada um dos principais problemas do Município por 25% dos entrevistados. Ainda assim, 61% dos entrevistados consideraram boa a qualidade das áreas verdes do Município. Porém, as práticas de desmatamento ilegal e queimadas, assim como a erosão do solo são apontadas pelos participantes do Programa Vale Mais como os fatores que corroboram para a degradação destes bens.

Uma contribuição importante para reverter este quadro foi dada em 2007 pelo Consórcio da Usina de Aimorés. O consórcio lançou um programa de arborização dos municípios de Baixo Guandu, Aimorés e Resplendor, além de inaugurar um parque botânico com 40 hectares de espécies da Mata Atlântica, e núcleos arqueológicos. A arborização dos municípios inclui plantio de espécies da Mata Atlântica, a criação de “ilhas verdes” e a implantação de um cinturão verde às margens da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM). Tais iniciativas certamente favorecerão a melhoria climática e paisagística dos municípios contemplados.

Solo

O parcelamento e o uso do solo são atividades que têm impactos diretos na qualidade ambiental de um território e na qualidade de vida da população. Podemos citar, por exemplo, casos de desabamentos de moradias, enchentes, assoreamento de corpos d’água, redução de cobertura vegetal, dificuldades de acesso a serviços, equipamentos e infra-estrutura básica. O poder público municipal tem papel fundamental no controle do parcelamento e uso de seu território, pois esta é uma competência constitucionalmente municipal.





Embora haja grande variação entre localidades, a qualidade do solo foi considerada majoritariamente boa (73%) pelos moradores entrevistados. Em Baixo Guandu é interessante notar que a expansão de ocupações irregulares e o desempenho das atividades econômicas

não foram apontados como processos importantes para a ocorrência de alterações ambientais. Esta informação contrasta com a percepção dos participantes da reunião temática sobre sustentação de recursos ambientais, para os quais a ocupação irregular do solo, a extração mineral e o uso de agrotóxicos encontram-se entre os principais fatores de alteração da qualidade ambiental do solo municipal.

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais sobre Meio Ambiente, publicada em 2002 pelo IBGE, em Baixo Guandu, as condições do solo foram afetadas por uma série de fatores, entre eles: a extração mineral; a atividade pecuária; a geração de chorume e o uso de fertilizantes e agrotóxicos. O mesmo estudo aponta que a erosão do solo causou prejuízo ao desempenho da atividade agrícola no município. O conhecimento e o monitoramento destes aspectos são fundamentais para a qualidade do solo e seu uso. Neste sentido, destacam-se as ações desenvolvidas, ou concluídas, pela Usina de Aimorés, como os programas de avaliação de taludes e processos erosivos, monitoramento do uso do solo e cobertura vegetal.

Ar

A poluição do ar tem origem em fontes fixas, como atividades industriais, produção de energia,

mineração etc; e/ou fontes móveis, como os veículos automotores, a queima de resíduos sólidos, odores de lixões, queimadas, vias não pavimentadas e atividades agropecuárias. Os poluentes atmosféricos são substâncias que podem tornar o ar prejudicial à saúde da população, à fauna e à flora, quando em quantidades superiores àquelas as quais o meio ambiente é capaz de absorver. Além da concentração de atividades potencialmente poluidoras, a localização geográfica, a topografia e as condições climáticas, principalmente em relação à intensidade, constância e direção dos ventos, também influem na qualidade do ar.

Para a população, os impactos mais recorrentes causados por este tipo de poluição são as doenças respiratórias e as sensações de ardência nos olhos, nariz e garganta. Sabe-se também que altas concentrações de poluentes podem agravar doenças cardíacas. Crianças e idosos são os que mais sofrem devido à fragilidade de seus organismos. No caso de Baixo Guandu, os participantes das reuniões temáticas apontaram um aumento recente do número de internações por Insuficiência Respiratória Aguda (IRA) em decorrência da poluição do ar.

Os poluentes atmosféricos são substâncias que podem tornar o ar prejudicial à saúde da população, à fauna e à flora

Os resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais sobre Meio Ambiente publicada em 2002 pelo IBGE apontam que 22% dos municípios brasileiros informaram, através de seus gestores

ambientais, a ocorrência de poluição atmosférica. Para Baixo Guandu, a pesquisa não indica nenhum fator poluente do recurso. Tampouco a qualidade do ar foi avaliada como ruim pela maioria dos moradores entrevistados pelos jovens pesquisadores (29%). No entanto, esta informação contrasta com a percepção do grupo que participou da reunião temática sobre a sustentação de recursos, para o qual as olarias, curtumes e os trens geram impactos à qualidade do ar. Os mesmos cidadãos

também reconheceram a relevância da prática de queimadas para o comprometimento da qualidade do ar, atribuindo a este aspecto grau de importância médio (0,52).

SANEAMENTO AMBIENTAL

Por saneamento ambiental entende-se o conjunto de ações integradas e articuladas que buscam promover e assegurar a salubridade do meio ambiente e gerar condições de vida digna para a população. Dentro deste conceito estão envolvidos os aspectos referentes ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, gestão de resíduos sólidos e controle de vetores.

No Brasil existem diversos tipos de problemas ligados à habitação e saneamento, entre os quais podemos destacar: o crescimento de assentamentos informais e precários; a segregação espacial da população de renda mais baixa; o elevado preço da moradia; e o déficit de infra-estrutura básica.

No Espírito Santo, cerca de 30% dos domicílios não conta com instalações adequadas de esgoto e, aproximadamente 7% não possui abastecimento de água. Em Baixo Guandu, cerca de 15% dos domicílios não possui tratamento adequado de esgoto, 15% não possui coleta de lixo e cerca de 9% não possui abastecimento de água (IBGE, 2000). Não por acaso, uma das questões prioritárias indicadas pelos participantes do Programa Vale Mais refere-se à importância da universalização do acesso a redes de saneamento, com serviços de qualidade, tanto na área urbana quanto na zona rural.

Abastecimento de água

O atendimento à demanda por água de boa qualidade vem se consolidando como um dos maiores desafios mundiais. A água própria para consumo deve obedecer a padrões de potabilidade. Se apresentar substâncias que alteram estes padrões, matéria orgânica e/ou resíduos sólidos, a água é considerada

como poluída. O tratamento da água é um processo industrial, que exige ações de produção, reserva, distribuição e controle. Os avanços conquistados neste processo têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população, através da redução de doenças, promoção de hábitos higiênicos e limpeza pública. Porém, um grande percentual da população urbana ainda vive sem este importante recurso. No Brasil, cerca de 16,4 milhões dos residentes em áreas urbanas vivem sem abastecimento de água tratada (Radar Social – 2005 / IPEA).

Baixo Guandu: Formas de abastecimento de água dos domicílios particulares permanentes

Origem do abastecimento	Canalização	Nº de domicílios	%
Rede geral	Canalizada em pelo menos um cômodo	5.355	70,46
	Canalizada só na propriedade ou no terreno	360	4,74
	Total	5.715	75,20
Poço ou nascente (na propriedade)	Canalizada em pelo menos um cômodo	1271	16,72
	Canalizada só na propriedade ou no terreno	221	2,91
	Não canalizada	35	0,46
	Total	1527	20,09
Outra	Canalizada em pelo menos um cômodo	305	4,01
	Canalizada só na propriedade ou no terreno	25	0,33
	Não canalizada	28	0,37
	Total	358	4,71

Fonte: IBGE, 2000.

O fornecimento e tratamento da água em Baixo Guandu foi o serviço urbano coletivo que obteve maiores índices de satisfação na pesquisa realizada pelos jovens pesquisadores. Nenhuma locali-

separados (esgoto e águas pluviais em dutos diferentes). A escolha entre esses sistemas depende de vários fatores, principalmente fatores históricos e ambientais. Os maiores malefícios diretos à população de uma má conservação desses sistemas ou a não existência dos mesmos, são as enchentes, que além de prejuízos materiais, trazem diversos danos à saúde.

Em Baixo Guandu, apenas 9% dos entrevistados afirmam não existir sistema de drenagem em suas ruas, e aproximadamente 68% consideram o serviço bom ou satisfatório.

Gestão de Resíduos

A gestão dos resíduos sólidos pode ser entendida como um conjunto de atividades, como geração, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos, conforme suas características (domésticos, industriais, de saúde), para a proteção da saúde da população e do meio ambiente.

Quando relacionada a outros indicadores sócio-ambientais, como saneamento ambiental, saúde, educação e renda, a questão do lixo torna-se também uma referência à avaliação da qualidade de vida em um território, das atividades dependentes do solo e das águas, bem como das políticas públicas de saneamento.



A coleta adequada possibilita melhorias à qualidade ambiental das áreas beneficiadas, mas sozinha não é capaz de suprimir os efeitos ambientais negativos da destinação inadequada, como por exemplo, a contaminação do solo e das águas pelo chorume.

O IBGE considera como destino adequado ao lixo a sua disposição final em aterros sanitários; em estações de triagem, reciclagem e compostagem; e sua incineração através de equipamentos e procedimentos próprios. Em oposição, considera como destino inadequado o lançamento bruto em vazadouros a céu aberto, locais não fixos, e queima sem nenhum tipo de equipamento. De acordo com estes critérios, o Índice de Desenvolvimento Sustentável – 2002 (IBGE), baseado nos dados de 2000, averiguou que 8,1% do lixo coletado no estado do Espírito Santo tem destinação inadequada.

No âmbito do Programa Vale Mais, o tema Gestão de Resíduos Sólidos se fez presente nos debates ocorridos nas reuniões temáticas e nas pesquisas realizadas com os moradores de Baixo Guandu. Conforme os dados da pesquisa, 89% dos entrevistados consideram o serviço de coleta oferecido no município como bom ou satisfatório e apenas 2% indicaram não serem favorecidos pelo mesmo. Os participantes das reuniões temáticas ressaltaram que o município possui uma unidade de tratamento de lixo (triagem e compostagem), embora não possua aterro sanitário. A unidade realiza reciclagem não só de fardos de papel e garrafas PET, mas de material orgânico, que é transformado em adubo. Segundo o Consórcio do Rio Guandu, esta unidade precisa ser ampliada. A recuperação do Lixão através de sua transformação em horta comunitária também foi destacada pelos participantes como uma iniciativa positiva.

Baixo Guandu: Tipo de destino do lixo dos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio (2000)

Destino do lixo	Urbano (%)	Rural (%)	Total (%)
Coletado	62,29	3,26	65,55
Jogado em rio, lago ou mar	0,09	0,11	0,20
Jogado em terreno baldio	3,93	4,49	8,42
Queimado ou enterrado	5,75	18,97	24,72
Tem outro destino	0,25	0,86	1,11
Total	72,31	27,69	100,00

Fonte: IBGE, 2000.

Entretanto, a demora na coleta de lixo na zona rural foi apontada como ponto negativo na gestão de resíduos sólidos. Outro entrave é a conduta imprópria de parcela representativa da população que não seleciona os resíduos no domicílio. Na concepção dos entrevistados, o condicionamento incorreto e a falta de uma destinação final são fatores de influência às alterações ambientais ocorridas no município, e por isso atribuíram-lhe grau de importância 0,59%. A realização de um estudo de viabilidade sobre coleta seletiva e criação de aterro sanitário foi considerada pelos participantes do Programa Vale Mais como estratégica para a qualidade de vida dos moradores.

Como referência de ações neste aspecto, destaca-se o Programa de Gestão Integrada para Sistemas de Limpeza, Coleta e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos da Usina de Aimorés. O programa envolve prefeituras e comunidades do entorno da usina, com o objetivo de auxiliar na implementação de ferramentas e rotinas para gestão, capacitação e mobilização da população para a limpeza urbana e a coleta seletiva do lixo.

Exercer cidadania pelo viés ambiental significa ter de posse um conjunto de instrumentos que permitam a atuação efetiva na defesa do meio ambiente.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A construção de uma sociedade que proteja seus recursos naturais e mantenha baixos níveis de degradação depende não apenas da atuação do poder público, mas também do exercício dos direitos e deveres dos cidadãos. Exercer cidadania pelo viés ambiental significa ter de posse um conjunto de instrumentos que permita a atuação efetiva na defesa do meio ambiente. Entre estes instrumentos podemos destacar: a conscientização, a mobilização social, a educação, a cultura política etc.

Em pesquisa recente, o Ministério da Meio Ambiente divulgou que houve um aumento no número de brasileiros capazes de identificar e questionar os problemas ambientais. O estudo também mostra o domínio, por parte da população, de temas complexos como a biodiversidade e o efeito estufa. Contudo, este aumento de consciência não é acompanhado de atitudes em prol do meio ambiente. Para os participantes do Programa Vale Mais falta uma conscientização ambiental mais ampla na população, e citam como exemplo o mau hábito de algumas pessoas em relação à disposição do lixo.

Para que o cidadão participe efetivamente da melhoria ambiental de seu território se faz necessária a promoção da democracia, justiça social e acesso à vida digna, incluindo informação. A pesquisa aplicada pelos jovens pesquisadores em Baixo Guandu levantou que 88% da população entrevistada não tinha conhecimento de qualquer ação do poder público voltada para a prevenção, proteção ou preservação ambiental.

Além da atuação política e consciente é importante que esta postura faça parte da educação dos cidadãos. A educação ambiental se destaca neste contexto, pois é capaz de atingir adultos e crianças

de maneira simples e permanecer no cotidiano das pessoas envolvidas, inserindo uma consciência crítica sobre a problemática ambiental.

No município de Baixo Guandu já existem alguns projetos de educação ambiental. Sob a iniciativa da ESCELSA, o Projeto Nas águas do Rio Doce realizou, em 2004, cursos de capacitação profissional para professores da rede pública e duas feiras ecológicas, além de distribuir material didático para as escolas dos municípios participantes. Outra iniciativa importante é a Descida Ecológica no Rio Guandu organizada pelo Consórcio do Rio Guandu em parceria com a FUNASA, que inclui a realização de oficinas de educação ambiental, pa-

lestras técnicas e atividades de coleta de água para avaliação.

De acordo com os participantes do Programa Vale Mais, a falta de conscientização ecológica atinge a maior parte da população. Para reverter este quadro, os participantes pretendem envolver diversas entidades municipais na criação e promoção de um programa de educação ambiental que seja amplo e extensivo a toda a população.

Um importante passo foi dado neste sentido com a inauguração do Centro de Educação Ambiental da Usina de Aimorés. Neste centro, a população tem acesso a recursos didáticos para entendimento da questão ambiental na região.



OFERTA, ACESSO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MUNICIPAIS

Durante a fase de planejamento do Programa Vale Mais, foram realizadas pesquisas quantitativas e qualitativas para avaliar as condições de saúde no município. A participação dos moradores nas pesquisas aplicadas pelos jovens pesquisadores e nos grupos focais temáticos permitiu a composição de um panorama que reflete a percepção dos cidadãos em relação aos serviços que o município oferece.

Com relação à gestão do setor, os participantes destacaram a realização de duas Conferências Municipais de Saúde em 2005. A existência do Conselho Municipal de Saúde também foi citada, mas ressaltou-se a necessidade de maior interação entre este e a população. Segundo os seus integrantes, não só a população poderia participar mais ativamente nas reuniões do Conselho, como o Conselho poderia se envolver mais com os problemas que ocorrem na escala local.

No tocante à saúde preventiva, sobressai-se o Programa Saúde da Família (PSF), o qual possui 99% de cobertura no município e conta com sete equipes. Os participantes ressaltam entretanto que, embora sejam bem remunerados, os médicos acumulam vínculos empregatícios e poderiam se beneficiar de planos de capacitação. A eficácia do Programa de Saúde Bucal levou os participantes do Programa Vale Mais a planejar a sua inserção em todas as equipes do PSF.

No âmbito da infra-estrutura de saúde, encontram-se também alguns entraves significativos. Cerca de 44% dos entrevistados consideram a qualidade do atendimento no hospital e nos postos de saúde como um dos principais problemas do município.

Baixo Guandu conta com 1 hospital, 7 equipes do Programa Saúde da Família, 68 agentes comunitários e 1 UTI móvel. O Hospital, cuja gestão é de

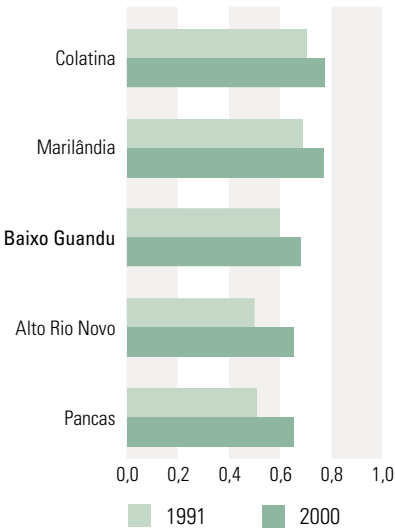
competência estadual, conta com a colaboração do Município através da Associação dos Amigos do Hospital. Esta unidade provê atendimento de baixa complexidade, uma demanda que deveria ser orientada para as Unidades Básicas de Saúde. Além disso, de acordo com os grupos de pesquisa, faltam médicos de algumas especialidades (pediatria e obstetrícia) e recursos para a aquisição de equipamentos, tanto para atenção secundária como terciária. Para lidar com estes problemas, os participantes do Programa Vale Mais elegeram alguns projetos prioritários, tais como: a integração regional dos serviços de saúde, a construção da sede da Secretaria Municipal de Saúde e o investimento nas Unidades Básicas de Saúde para aquisição de equipamentos. A Usina de Aimorés repassou recursos financeiros para a reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para o Hospital Dr. João dos Santos Neves. Tal iniciativa certamente ajudará a melhorar o atendimento de saúde em Baixo Guandu.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ATENDIMENTO AOS GRUPOS VULNERÁVEIS

Em Baixo Guandu, existem algumas entidades e programas sem fins lucrativos voltados para o atendimento e promoção social de grupos vulneráveis. Entre estes, destacam-se: grupo Alcoólicos Anônimos; Projeto Agita Guandu (Terceira Idade); Programa de Saúde da Mulher; Programas de Prevenção de Tuberculose, Hanseníase, Hipertensão e DSTs; SISVAN (vacinação); Saúde Mental; Assistência Farmacêutica, a APAE, que recebeu recursos financeiros da Usina de Aimorés, e Pastoral da Criança (crianças e parturientes). À atuação desta última, é atribuída, em grande medida, a queda dos índices de mortalidade infantil no município.

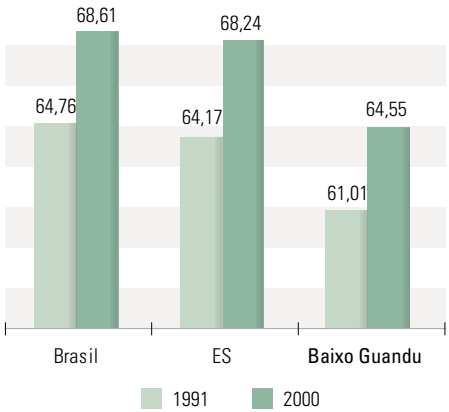
Foram identificados também os principais serviços de assistência social utilizados no Município por meio de entrevistas realizadas por jovens pesquisa-

Pólo Colatina: IDH-M Longevidade (1991 e 2000)



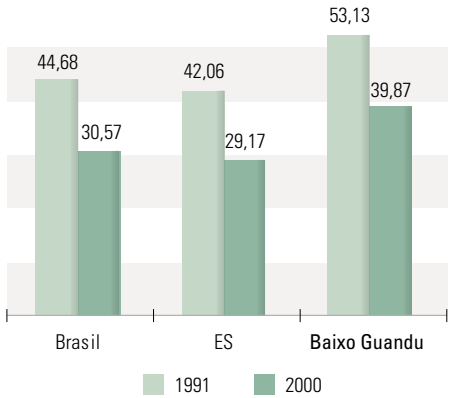
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Baixo Guandu: Esperança de vida ao nascer (1991 e 2000)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

Baixo Guandu: Taxa de mortalidade infantil (1991 e 2000)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

anos de estudos concluídos. Ao analisarmos esses dados para Baixo Guandu percebemos uma forte diferença entre o analfabetismo simples e funcional. Isto indica a necessidade de ações voltadas para a universalização do acesso à educação, não apenas ao ensino fundamental e médio, mas também com foco em grupos vulneráveis e de aperfeiçoamento e capacitação profissional.

O município de Baixo Guandu quando comparado à sua região de planejamento, apresenta uma situação educacional intermediária, pois figura em 3º lugar entre os 5 municípios que a compõem. Ambas as taxas situam-se em níveis bem mais altos do que os percentuais estadual e nacional, mas mesmo assim demandam atenção da população.

Baixo Guandu: Taxas de Analfabetismo simples e funcional (2000)

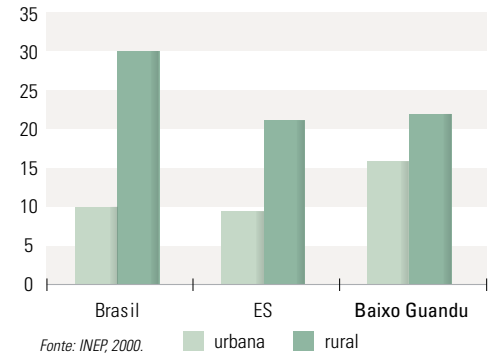
	Simple	Funcional
Brasil	13,6	27,8
Espírito Santo	11,7	24,5
Vitória	4,6	11,3
Alto Rio Novo	22,5	38,5
Baixo Guandu	7,4	32,1
Colatina	11,6	23,4
Marilândia	14,3	30,2
Pancas	20,4	39,3

Fonte: INEP, 2000.

É importante destacar a diferença existente entre o nível de escolaridade em função da situação de domicílio da população, e também dos diversos grupos etários. Tradicionalmente o Brasil apresenta uma taxa de analfabetismo maior na zona rural do que nas áreas urbanas. Embora o mesmo aconteça com o município de Baixo Guandu, nota-se um hiato menor entre as duas situações do que o observado nos casos nacional e estadual.

Com relação à faixa etária, o analfabetismo em Baixo Guandu aumenta conforme o grupo de idade. Isto também reflete uma tendência nacional, e demonstra que os avanços na educação não contemplaram os adultos, o que faz com que surjam demandas por políticas específicas para este grupo.

Baixo Guandu: Taxa de Analfabetismo por situação de domicílio (2000)



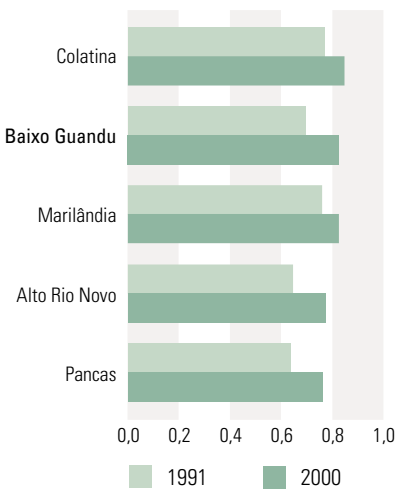
aos educadores, através de sua ampla biblioteca e equipamento tecnológico avançado. Um dos últimos projetos desenvolvido no âmbito do Programa incluiu o trabalho com diversas linguagens através de apresentações, saraus, peças de teatro, produção de texto (relatos, folders, calendários etc.), além da confecção de livros de música e gravação de CD.

Já o Programa Educação nos Trilhos, que acontece ao longo das viagens de trem, procura oferecer aos passageiros novas oportunidades de aprendizagem. Tanto as estações quanto os trens foram equipados para veicular uma programação voltada aos temas do dia-a-dia, como serviços e cidadania. A iniciativa é resultado de uma parceria entre a Fundação Vale e o Canal Futura e é voltada para as necessidades identificadas nas comunidades por onde passa.

Cabe ressaltar que o principal entrave apontado pelos participantes do Programa Vale Mais no campo da educação refere-se ao ensino profissionalizante. A enorme carência de escolas técnicas reflete-se diretamente nas oportunidades reduzidas, especialmente para os jovens, de acesso ao mercado de trabalho. Assim, os participantes do Programa Vale Mais decidiram atuar em duas vertentes para enfrentar a questão: promover parcerias para a implementação de cursos técnico-profissionalizantes e realizar estudos sobre a demanda profissional do mercado de trabalho regional. Estas ações poderão desencadear maior integração do Município com o seu entorno além de fundamentar a negociação para estabelecimento de cursos de nível superior no Município.

Já em resposta a esta demanda, a partir de 2007, a FAESA, em convênio com a Prefeitura Municipal, passou a oferecer dois cursos de nível superior para formação de tecnólogos: Gestão Empreendedora e Gestão do Agronegócio. A iniciativa destina-se a atender a demanda local de profissionais e às cidades vizinhas de Colatina, Marilândia, Pancas, Barra de São Francisco e Aimorés (MG).

Pólo Colatina: IDH-M Educação (1991 e 2000)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Baixo Guandu: Taxa de Analfabetismo por faixa etária (2000)

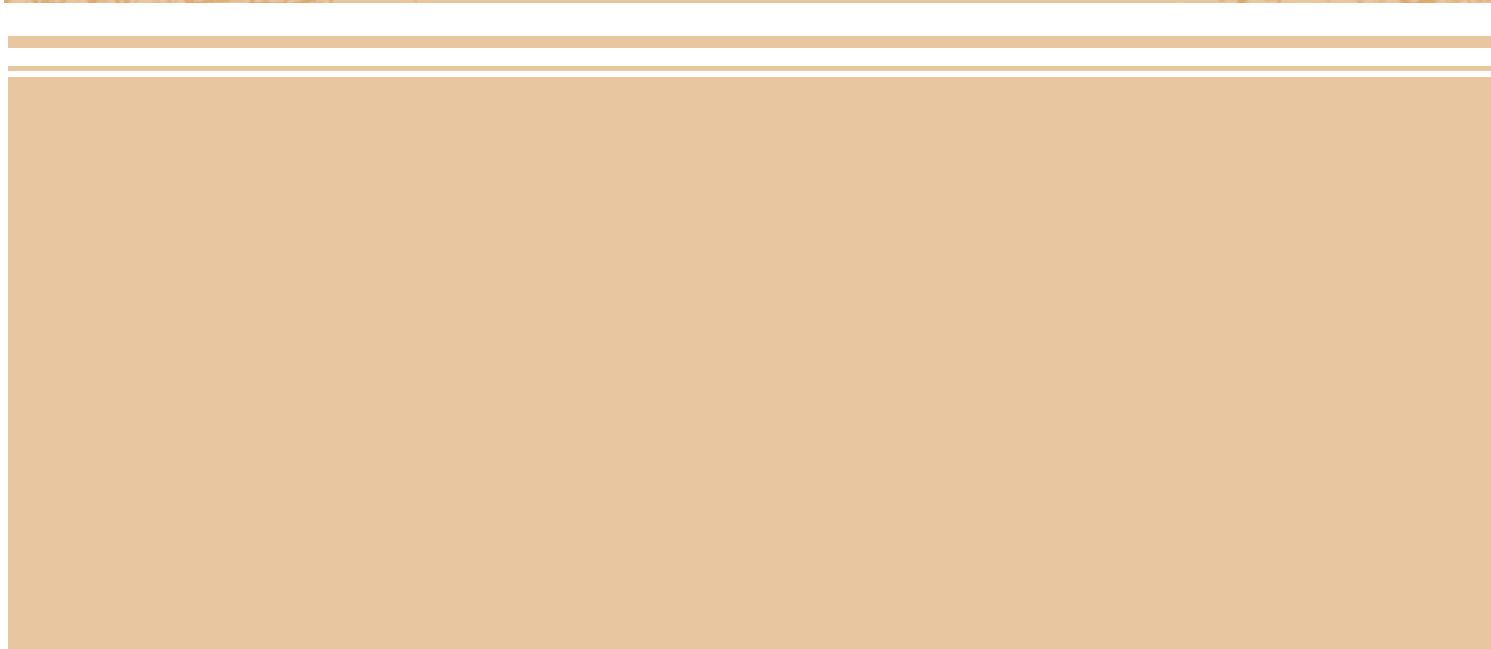
Faixa etária	Taxa de Analfabetismo
10 a 14 anos	2,4
15 a 19 anos	3,4
20 a 29 anos	5,2
30 a 44 anos	11,6
45 a 59 anos	29,4
60 anos e mais	47,3

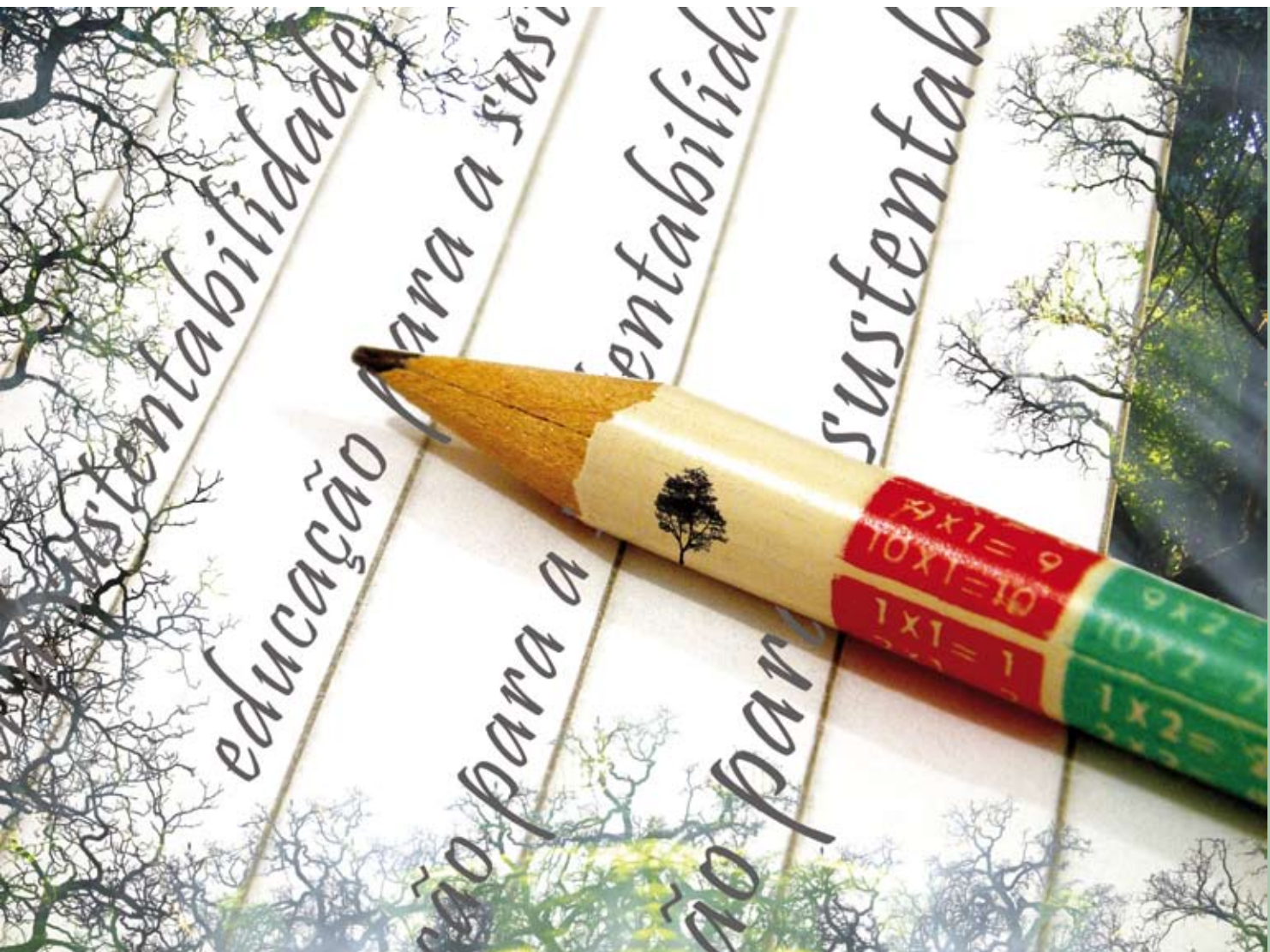
Fonte: INEP, 2000.

Baixo Guandu: Percentual de crianças, adolescentes e jovens fora da escola por faixa etária (2000)

Faixa etária	%
4 a 5 anos	52,0
5 a 6 anos	20,8
7 a 14 anos	4,8
10 a 14 anos	5,8
15 a 17 anos	32,0

Fonte: IBGE, 2000.





CRESCIMENTO COM INCLUSÃO



Um dos principais pilares do desenvolvimento sustentável é o Crescimento Econômico. O Crescimento Econômico pode ser definido como o aumento das riquezas geradas nas atividades produtivas (agricultura, pecuária, indústria e serviços) em um determinado território. O Crescimento, assim como o decrescimento econômico, é mensurado pelas variações verificadas no Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é um indicador utilizado para representar em valores monetários a soma de todas as riquezas produzidas em uma região (município, estados, países) durante um período de tempo.

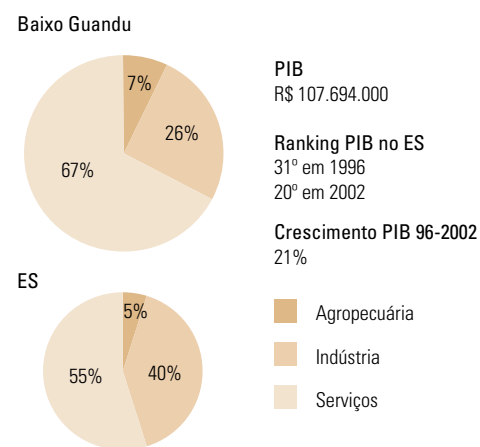
O Crescimento Econômico geralmente é caracterizado por um ciclo virtuoso de criação de riquezas e de acumulação de capital em um determinado território, sendo uma condição necessária, mas não suficiente, para a melhoria nas condições de vida da população.

O Município de Baixo Guandu apresentou um baixo nível de Crescimento Econômico no período recente. Entre 1996 e 2002 o PIB municipal cresceu apenas 21%, abaixo da média de crescimento estadual (27%), passando de 88 milhões em 1996 para 107 milhões em 2002.

O crescimento econômico gerou poucos impactos sobre a renda da população. Ocorreu um aumento no número de pessoas vivendo em situ-

O Crescimento Econômico é condição necessária mas não suficiente para a melhoria nas condições de vida da população.

PIB por setor de Baixo Guandu (2002)



Fonte: IBGE / IPEA, 2002.

ação de pobreza, os pobres que representavam 34% da população em 1991 passaram a representar 38% em 2000. A renda das famílias mais ricas é quase 20 vezes superior à das famílias mais pobres. Segundo o IBGE, apenas 5,9% da população vive com uma renda superior a cinco salários mínimos por mês.

Outro fator a se considerar são os significativos impactos ambientais recentes, como: a poluição e assoreamento dos recursos hídricos, a contaminação e empobreci-

mento do solo e os impactos sobre a vegetação e fauna nativas.

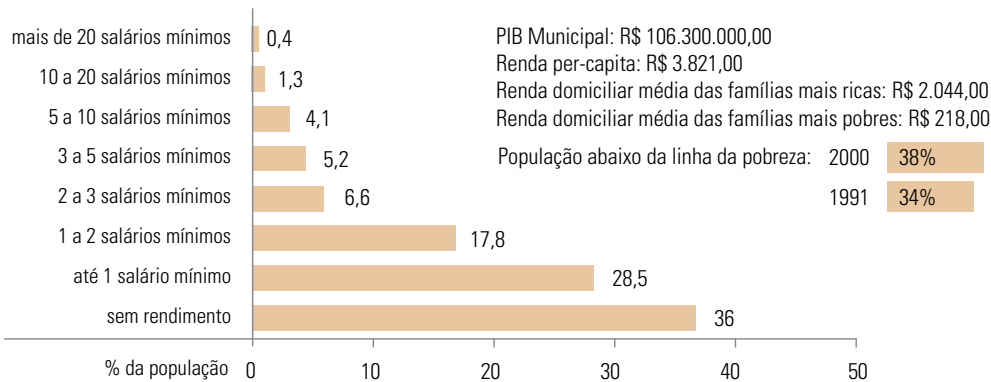
A partir desta rápida análise inicial, pode-se questionar a validade do modelo recente de Desenvolvimento Econômico de Baixo Guandu. Percebe-se que este não implicou em um crescimento expressivo da economia, muito menos na melhoria da distribuição de renda, também não possibilitou a sustentação dos recursos naturais locais.

A partir deste quadro sobre o Desenvolvimento Socioeconômico recente de Baixo Guandu, algumas perguntas vieram à tona: quais os caminhos para o desenvolvimento econômico futuro do Município? Como evitar a estagnação econômica com o conse-

qüente aumento da pobreza da população? Quais estratégias devem ser adotadas para gerar um Crescimento Econômico sustentável?

Durante o processo de construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Município estas questões foram apresentadas e debatidas com empresários, poder público e sociedade local. Os atores de Baixo Guandu perceberam a necessidade de mobilizar e preparar as forças produtivas locais para produzir ciclos de expansão, gerando condições institucionais, políticas e de infra-estrutura que possibilitem o desenvolvimento econômico com inclusão social e a sustentabilidade ambiental.

Baixo Guandu – Renda média da população (2003)



Fonte: IBGE / IPEA, 2003.

empresa é a contratação de empregados qualificados (ver na TABELA B). Essa dificuldade decorre da baixa escolaridade da população e da carência do sistema de formação técnica e profissional da cidade. A baixa qualificação da mão-de-obra gera outros tipos de dificuldades como as relacionadas à qualidade da produção, à qualidade no atendimento aos clientes e com a comercialização da produção.

TABELA A

Importância das fontes de conhecimento para o aprendizado e capacitação do empresário	Índice de Importância
Experiência profissional	0,75
Conhecimentos empresariais adquiridos com familiares	0,64
Outras fontes (livros, revistas, eventos comerciais, feiras, congressos etc)	0,63
Conhecimento formal (universidades, faculdade, curso)	0,63

Fonte: Pesquisa de Campo
Índice de Importância (ii): 1,00 máximo e 0,00 mínimo

TABELA B

Dificuldades na operação da empresa	Índice de Importância
Contratar empregados qualificados	0,78
Custo ou falta de capital para investimentos.	0,73
Custo ou falta de capital de giro	0,68
Pagamento de juros de empréstimos ou cheque especial	0,50
Adquirir novos conhecimentos para aplicar na sua empresa	0,49
Produzir/Atender com qualidade	0,39
Pagamento de empréstimos	0,38
Dificuldades de comercialização/ venda	0,36

Fonte: Pesquisa de Campo
Índice de Importância (iii): 1,00 máximo e 0,00 mínimo

O terceiro fator está relacionado às dificuldades financeiras. Na TABELA B percebe-se a relevância dada pelos empresário às dificuldades relacionadas ao custo/falta de capital para investimentos, capital de giro e com o pagamento de juros. A ausência de crédito impede o investimento e a modernização dos empreendimentos de Baixo Guandu, reduzindo

a competitividade e dificultando o desenvolvimento das empresas locais.

Um quarto ponto seria o **baixo nível de associativismo e cooperação** entre as empresas locais. A pesquisa identificou a ausência de ações cooperativas relevantes entre os empresários (apenas 10% dos empresários participam de ações cooperativas), também são escassas as interações/relações com organizações locais.

Finalmente, o quinto fator que caracteriza a estrutura empresarial de Baixo Guandu estaria relacionado à carência de infra-estrutura. Como, por exemplo, a infra-estrutura física (melhorias em estradas, sinalização, urbanização, energia e comunicações), infra-estrutura institucional (educação, fortalecimento das cooperativas, associações, sindicatos patronais, SEBRAE, SENAI, SENAC e SESC, poder público) e infra-estrutura de geração e difusão de conhecimentos (carência de instituições que promovam a capacitação técnica e profissional da mão-de-obra voltada aos empreendimentos comerciais e de serviços).

Estes cinco fatores associados criam gargalos econômicos expressivos para o desenvolvimento das atividades empresariais e do empreendedorismo em Baixo Guandu, implicando no baixo dinamismo e competitividade das empresas locais.

As principais estratégias levantadas durante o processo de planejamento estão ligadas à necessidade de se criarem condições institucionais, políticas e de infra-estrutura que possibilitem o desenvolvimento do empreendedorismo local. Neste sentido foram consideradas prioritárias as ações de atração de empresas para o município (marketing, divulgação, incentivos e fomento); de criação de oficinas de empreendedorismo para a difusão da cultura empreendedora em escolas, associações/cooperativas rurais e para empresários; e, finalmente, o desenvolvimento de um centro de empreendedorismo – Espaço Empreender – uma instituição com infra-estrutura adequada, que gere fomento, incentivos e capacitação a novos empreendimentos, inclusive com a implantação de uma incubadora para novos empreendimentos.

Um Plano de Desenvolvimento de um APL geralmente inclui o fortalecimento das empresas (produtores, fornecedores, prestadores de serviços, comercializadoras, clientes), das organizações econômicas e sociais relacionadas (cooperativas, associações, sindicatos, federações e representações) e demais instituições de formação de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento presentes neste APL.

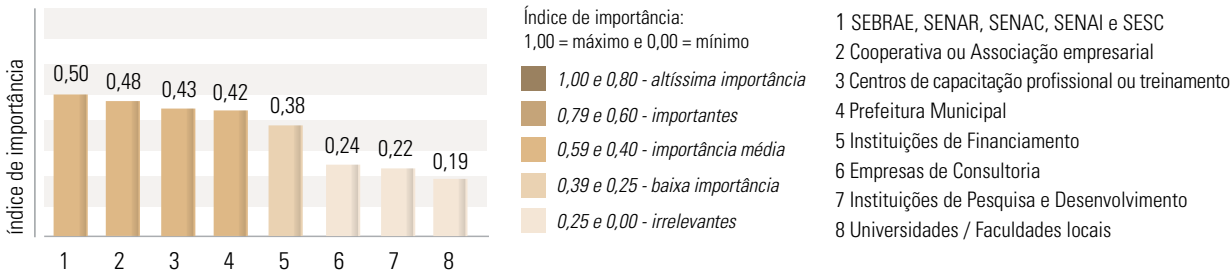
Neste sentido, uma das questões mais importantes para o desenvolvimento dos APLs é o fortalecimento das relações cooperativas entre as empresas locais, das relações de parceria entre as empresas e as organizações locais (privadas e públicas). A cooperação e o associativismo são considerados importantes mecanismos para o desenvolvimento empresarial, principalmente quando realizados por grupos de micro e pequenas empresas. A cooperação possibilita a obtenção de economias de escala e de escopo; a melhoria dos índices de qualidade e produtividade; a diminuição de riscos, custos, tempo de produção e favorece o aprendizado/criação de capacitações produtivas. Portanto, a pesquisa buscou avaliar o nível de cooperação entre as empresas de Baixo Guandu, assim como entre estas empresas e as organizações locais (poder público, cooperativas, sindicatos, faculdades, ONGs etc.).

Percebe-se na cidade um baixo nível de participação em atividades cooperativas, apenas 10% das empresas têm conhecimento sobre alguma associação empresarial, assim como apenas 10% afirmam ter participado de alguma ação associativa ou cooperativa nos último dois anos.

Segundo os empresários, as organizações e entidades que atuam no município tem uma importância pequena para o seu negócio. O que indica o baixo nível de relacionamento entre empresas e instituições. As instituições mais relevantes são o Sistema “S” (SEBRAE, SENAI, SENAC, SESC), associação comercial e os centros de capacitação. A prefeitura possui um nível de importância baixo assim como as instituições difusoras de conhecimento como os institutos de pesquisa, consultorias e universidades (ver gráfico abaixo).

Baseados nestes argumentos, para desenvolver os APLs de Baixo Guandu, levantou-se a necessidade de projetos nas seguintes áreas: fortalecimento e dinamização das atividades produtivas (confeções, granito e artesanato), desenvolvimento institucional (aumentar a cooperação criando uma associação de empresários em cada APL para apoiar, fomentar, divulgar e comercializar a produção), capacitação profissional e empresarial e desenvolvimento do empreendedorismo rural e urbano.

Importância das Entidades para as Empresas



A extração do granito é uma das principais atividades secundárias de Baixo Guandu. O município possui uma formação geológica propícia para a extração deste mineral.

A extração de minerais no Município é caracterizada pelo uso intensivo de mão-de-obra (baixa mecanização no processo de extração) o que garante muitos postos de trabalho. Porém as condições de trabalho são precárias e insalubres, os salários são baixos e as relações de trabalho são predominantemente informais. Uma característica marcante da atividade é o seu impacto sobre o meio ambiente. Segundo depoimentos, existe carência na fiscalização e, em alguns casos, não há o cumprimento das normas de preservação ambiental.

As principais estratégias levantadas para garantir o desenvolvimento sustentável da atividade foram o mapeamento e prospecção de todo o potencial geológico do município, a regularização das atividades (empreendimentos e relações de trabalho), aumen-

to na fiscalização (conscientização e parcerias), utilização de novas técnicas e inovações nas práticas da atividade extrativista. Estas ações foram destacadas durante o planejamento para desenvolver o potencial econômico da atividade com sustentabilidade dos recursos locais.

A efetivação destas ações pode ser facilitada por parcerias com os Governos Federal e Estadual que vêm desenvolvendo programas de apoio às atividades mineradoras, principalmente aos APLs de extração de rochas. Por exemplo, existe um Programa de Departamento Nacional de Política Mineral (DNPM), órgão do Ministério de Minas e Energia, que vem desenvolvendo atividades de regularização das pequenas mineradoras em regiões com potencial para o desenvolvimento de APLs de base mineral.



A piscicultura está entre os setores primários de maior expansão, tanto em termos econômicos quanto em termos técnicos. Os sistemas adotados na piscicultura, além do grande potencial econômico, não acarretam custos ambientais significativos.

O Programa Vale Mais tem o objetivo de desenvolver a atividade da piscicultura aliada à sustentação dos recursos hídricos de Baixo Guandu, que servem de base para o desenvolvimento da atividade e são fundamentais para a pesca. A piscicultura foi amplamente citada como uma importante alternativa para a diversificação do setor primário e como uma alternativa de geração de renda para os pescadores locais.

A primeira linha de ação tem o objetivo de desenvolver projetos e ações de preservação e exploração sustentável dos recursos hídricos de Baixo Guandu. As estratégias desta linha de ação relacionam-se à conscientização (população, produtores rurais e empresas), controle e identificação das fontes poluidoras, revitalização e proteção de nascentes e matas ciliares e o tratamento total dos esgotos e resíduos sólidos gerados na cidade.

A piscicultura, a segunda linha de ação do programa, é definida como a criação de peixes em cativeiro, podendo ser de forma intensiva ou extensiva. A técnica de piscicultura intensiva objetiva a máxima produção possível por unidade de área e tempo, empregando-se técnicas específicas de reprodução, manejo e engorda, favorecendo o aumento da produtividade e a geração de renda. A piscicultura extensiva tem caráter menos econômico, estando vinculada ao povoamento de açudes ou represas, ao consumo de subsistência e à pesca.

As estratégias principais para o desenvolvimento da piscicultura são o fortalecimento da associação dos pescadores RENOVO; a difusão de tecnologias e informações sobre a piscicultura; disponibilização de assistência técnica; identificação de linhas de crédito e financiamento.



Baixo Guandu é um município de forte tradição rural, as atividades ligadas ao setor agropecuário têm um forte peso econômico, político, cultural e social no município.

O PANORAMA DO SETOR AGROPECUÁRIO DE BAIXO GUANDU

Apesar de sua importância social, histórica e cultural, no aspecto estritamente econômico, as atividades ligadas ao setor primário local (agricultura e pecuária) podem ser caracterizadas como pouco diversificadas, pouco verticalizadas e com baixa agregação de valor e conhecimentos à sua produção. As atividades com maior expressão comercial são pecuária (corte e leite), cafeicultura e fruticultura. A pouca diversificação e a dependência destas atividades levam a uma maior instabilidade frente aos ciclos econômicos, quebras de safra e choques de oferta (redução/aumento nos preços destes produtos).

A pequena agregação de valor à produção local leva o setor primário a gerar apenas uma pequena parcela da riqueza municipal (PIB municipal). As atividades primárias (agricultura, extração vegetal, silvicultura e criação animal) que empregam 37% da mão de obra local são responsáveis pela geração de apenas 7% do PIB de Baixo Guandu. A indústria e os serviços geram, respectivamente, 26% e 67%. Apesar da baixa geração de riqueza, as atividades primárias ainda são importantes geradoras de trabalho e renda para a população local (em 2002 empregavam 1 em cada 3 trabalhadores de Baixo Guandu – ver tabela), além disso, a renda do campo gera importantes desdobramentos na economia da cidade principalmente no comércio e nos serviços.

Geração de trabalho e renda para a população

	PIB	Emprego
Agricultura, Pecuária, Silvicultura	7%	37%
Indústria e Extração Mineral	26%	20%
Serviços e Comércio	67%	43%

Fonte: IBGE, 2002.

AS ATIVIDADES PRODUTIVAS

Pecuária

A pecuária é a principal atividade agropecuária de Baixo Guandu. Segundo o IBGE, o rebanho bovino de Baixo Guandu soma 27 mil cabeças, sendo que deste rebanho 6,5 mil são vacas leiteiras. A produção anual de leite soma 6,5 milhões de litros de leite, a produtividade é de 998 litros de leite ao ano por animal, uma produtividade inferior à média da região de Colatina e à do estado do Espírito Santo que chega a 1.133 litros de leite ao ano por animal. Este fato é um indicador de baixa qualidade do rebanho ou de técnicas ultrapassadas de manejo.

Como não existe abatedouro ou frigorífico na cidade, grande parte da produção é comercializada in natura e beneficiada em outros municípios que dominam as cadeias de produção. O baixo nível de organização e associativismo dos produtores impede a internalização destas etapas da cadeia produtiva, o acesso a novos mercados e a obtenção de melhor preço pela sua produção.

Pecuária (em R\$ mil)

	Bovinos	Vacas leite	Litros leite/ano	Produtividade leite x animal
Espírito Santo	1.664.993	319.790	362.235.532	1133
Micro Região de Colatina*	79.863	19.025	19.199.450	1009
Baixo Guandu	27.675	6.525	6.511.950	998
Colatina - ES	52.188	12.500	12.687.500	1015
Aimorés - MG	68.496	15.062	16.718.820	1110

Fonte: IBGE, 2002.

As principais dificuldades e ameaças para o desenvolvimento das atividades ligadas à pecuária são: a baixa qualidade genética dos rebanhos; a baixa produtividade da pecuária leiteira; a falta de verticalização da produção; a utilização de técnicas de manejo inadequadas; a baixa qualificação técnica dos produtores e a falta de assistência técnica ao produtor.

O baixo nível de associativismo dos produtores reduz a competitividade e impede a obtenção de melhores preços pela produção.

O café beneficiado é um produto de alto valor agregado, por outro lado, o valor da produção in natura é uma pequena fração do preço do café pronto para o consumo. As etapas da cadeia de produção que se seguem à produção agrícola são as grandes agregadoras de valor (torrefação, moagem, embalagem, distribuição e marketing). Estas etapas não são internalizadas pela economia local, ou seja, toda a produção é vendida in natura para outros municípios, que recolhem maior parte do valor obtido na cadeia de produção do café.

Além da baixa agregação de valor à produção local, existem outros gargalos e desafios para a cafeicultura, como: carências de assistência técnica e capacitação, dificuldade de acesso ao crédito para o produtor, baixa produtividade e qualidade do café, o manejo inadequado do solo, uso intensivo de agrotóxicos.

Cafeicultura

O café é uma das atividades mais tradicionais do Município, sendo atualmente o principal produto agrícola de Baixo Guandu. Em 2000, a agricultura do Município gerou R\$ 8,9 milhões, deste valor, R\$ 6,1 milhões são originados na produção cafeeira. A atividade é a maior geradora de renda e trabalho no campo. Apesar do valor gerado localmente, a produção municipal não tem relevância em nível estadual. O Município produz pouco mais de 1% da produção estadual de café.

Silvicultura

Os atores de Baixo Guandu identificaram na silvicultura uma oportunidade para o agronegócio local. A silvicultura é uma atividade em franca expansão no Brasil, estando entre as atividades com maior crescimento na última década. Na silvicultura estão inseridas principalmente as culturas comerciais de árvores para a produção de celulose,

Cafeicultura (em R\$ mil)

	PIB	Emprego
ES	1.117.189	500.315
Microrregião	20.896	14.060
Baixo Guandu	8.910	6.104
Colatina	11.986	7.956

Fonte: IBGE, 2002.

Silvicultura – Baixo Guandu e Microrregião (em R\$ mil)

	TOTAL SILVICULTURA	Madeira em tora	Papel/ Celulose	Lenha	Outros fins	Carvão vegetal
Espírito Santo	171.927	79.457	69.867	3.237	9.592	8.466
Microrregião Colatina	2.755	1.154	887	302	267	6
Baixo Guandu	507	213	207	75	6	0
Alto Rio Novo	944	437	414	61	23	0
Colatina	163	49	36	35	13	2
Governador Lindenberg	204	60	44	43	16	3
Marilândia	113	28	6	40	22	1
Pancas	824	367	180	48	187	0

Fonte: IBGE, 2002.

carvão, madeira, látex e palmito. A atividade enquadra-se naquelas beneficiadas com créditos de carbono, o que pode propiciar uma fonte complementar de rendimentos.

A produção da silvicultura de Baixo Guandu em 2002 totalizou 507 mil reais, o que representa aproximadamente 25% da produção de sua microrregião. A maior produção é de madeira bruta (em tora) e madeira para papel e celulose. Apesar do desenvolvimento recente da produção municipal, esta ainda não é significativa no estado do Espírito Santo.

A expansão da silvicultura é vista com cautela pelos atores locais. Já que ao mesmo tempo que pode significar uma alternativa de negócio para proprietários da região, a atividade gera poucos empregos, poucos desdobramentos produtivos, sendo ainda considerada pouco adequada para a produção em pequenas e micro propriedades familiares.

A Agricultura Orgânica é um processo produtivo agrícola baseado em princípios da agroecologia

Fruticultura

A fruticultura foi considerada pelos atores que participaram do processo de planejamento uma excelente opção para diversificação agrícola, devido ao seu potencial de geração de emprego/renda, agregação de valor e incentivos a novos empreendimentos. A produção de frutas tropicais é a atividade agrícola que mais cresce no Brasil e no mundo. Segundo dados do IBGE, em algumas regiões do país, de 1987 a 1996, houve aumento de até 44% de consumo per capita de frutas in natura.

Os principais produtos frutíferos de Baixo Guandu são a banana (é o maior produtor da região), coco, goiaba e laranja (ver tabela a seguir).

A atividade é perfeitamente adaptável às técnicas de produção orgânica que reduzem drasticamente os impactos sobre o meio ambiente e aumentam o valor agregado à produção com a certificação do produto.

Fruticultura – Baixo Guandu e Microrregião (em R\$ mil)

	TOTAL AGRICULTURA	Banana	Coco	Goiaba	Laranja	Limão	Mamão	Manga
Espírito Santo	1.117.189	103.823	4.604	2.906	20.398	51.406	5.613	9.741
Microrregião Colatina	52.531	118	305	307	2.827	572	20	140
Baixo Guandu	8.910	118	109	70	46	43	20	19
Alto Rio Novo	3.671	0	0	0	8	20	0	7
Colatina	11.986	0	65	169	980	195	0	82
Governador Lindenberg	8.889	0	0	68	1.225	105	0	21
Marilândia	8.749	0	0	0	362	40	0	0
Pancas	10.326	0	131	0	206	169	0	11

Fonte: IBGE

Agricultura orgânica

A Agricultura orgânica é um processo produtivo agrícola baseado em princípios da agroecologia, é também conhecida como agricultura limpa, já que não utiliza agrotóxicos, restringe a utilização de adubos químicos e promove conservação dos recursos naturais.

A percepção dos atores de Baixo Guandu sobre a importância da agricultura familiar e do meio ambiente, torna fundamental a adoção de técnicas de plantio geradoras de valor e com menores impactos ambientais. É uma aposta de caráter abrangente que pode impactar em projetos do Plano de Ação relacionados ao desenvolvimento das atividades produtivas rurais e da agroindústria familiar.

Existem grandes obstáculos de ordem financeira e técnica para a conversão do processo produtivo tra-

A Agricultura Orgânica é um processo produtivo agrícola baseados em princípios da agroecologia

dicional para a agricultura orgânica. O crescimento da agricultura orgânica é nitidamente superior em regiões onde existem planos de desenvolvimento para a atividade, com estratégias de pesquisa, assistência técnica, educação diferenciada, crédito, certificação, fiscalização e marketing.

Desenvolvimento Institucional

O desenvolvimento institucional foi considerado, pelos atores locais, uma das grandes prioridades para fomentar a economia rural de Baixo Guandu. A estrutura institucional é o conjunto de entidades, ONGs, organizações formais e informais que determinam e afetam os níveis de relacionamento, interação e aprendizado de um sistema econômico. O desenvolvimento das instituições possibilita a atuação sinérgica dos agentes locais, ampliando o potencial de crescimento das micro, pequenas e médias propriedades rurais.

As principais estratégias levantadas para o desenvolvimento institucional foram: a criação e dinamização das organizações e entidades ligadas à atividade rural (cooperativas, associações, sindicatos etc.), o fortalecimento do INCAPER (possibilitando mais acesso a informações, difusão de novas tecnologias, zoneamento rural e acesso ao crédito), o desenho conjunto de diagnósticos e ações de desenvolvimento rural, a criação de ações comprometidas com o empreendedorismo rural e com a implementação de ações conjuntas (comercialização, armazenamento, beneficiamento).

Fortalecimento da Agricultura Familiar

Durante o processo de planejamento, as questões relacionadas ao fortalecimento da agricultura familiar foram consideradas centrais. Estas propriedades possuem uma grande importância socioeconômica, devido ao seu potencial de geração de renda e trabalho no campo. Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE, 81,4% dos estabelecimentos agrícolas de Baixo Guandu são considerados familiares. Estes estabelecimentos ocupam 35 mil hectares e têm uma produção estimada em R\$ 3,3 milhões. Entre os trabalhadores do município, 37% atuam em atividades agropecuárias, e boa parte deste trabalho é gerado pelas propriedades de micro e pequeno porte.

As pequenas propriedades apresentam carências de acesso ao crédito, baixo nível de cooperação, utilização de técnicas e equipamentos ultrapassados, baixa agregação de valor à produção e baixa produtividade (ver tabela na página a seguir)

Uma estrutura logística adequada é fundamental para o desenvolvimento da economia rural.

As principais estratégias levantadas para o fortalecimento da agricultura familiar foram: a diversificação da produção, a agregação de valor à produção, o desenvolvimento técnico e o desenvolvimento da infra-estrutura. O fortalecimento das pequenas agro-indústrias familiares é um projeto considerado prioritário. Para os atores locais é necessário agregar valor à produção das pequenas propriedades rurais incentivando o empreendedorismo rural através do beneficiamento e industrialização da produção. O objetivo é agregar novas etapas da cadeia produtiva rural à economia local. Para isso torna-se necessário o desenvolvimento logístico e da infra-estrutura viária.

Os atores locais avaliaram negativamente a infra-estrutura viária de Baixo Guandu. A integração viária e a logística adequada são fundamentais para o desenvolvimento da economia rural do município, possibilitando o escoamento da produção, a redução de custos e o aumento da competitividade dos produtos.

Outro conjunto de estratégias vincula-se ao desenvolvimento técnico e educacional. Neste sentido destaca-se a estratégia ligada à implantação de escolas rurais com currículos diferenciados. Esta ação visa tanto o aumento da escolaridade quanto o acesso a técnicas produtivas e gerenciais, incentivando a permanência do jovem no campo. Da mesma forma, existe a necessidade de melhorar o acesso à assistência técnica, à capacitação e fortalecer o cooperativismo para aumentar a eficiência e a competitividade das propriedades rurais familiares.

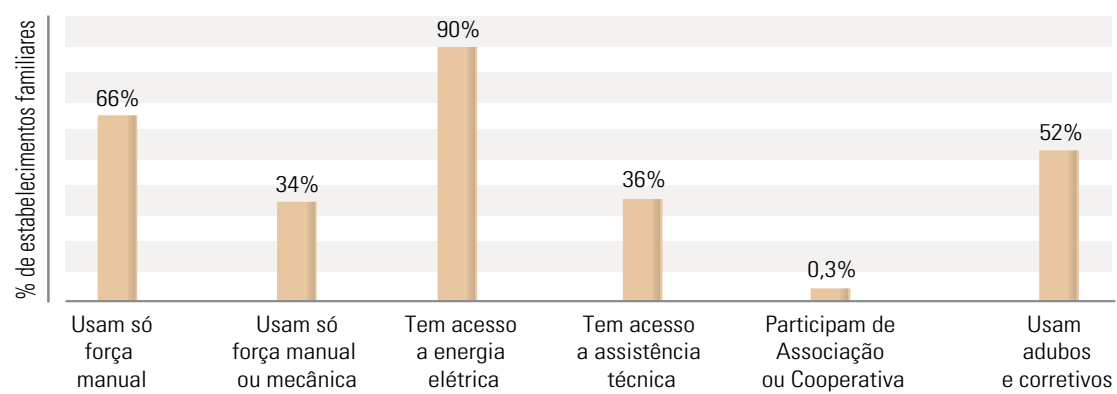
Número de estabelecimentos rurais – área e valor bruto da produção – Baixo Guandu

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	em R\$	%
TOTAL	1.088	100	74.084	100	10.481.000	100
Agricultura Familiar	886	81,4	35.447	47,8	3.332.000	31,8

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.

Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

Agricultura Familiar – Acesso a Técnicas e Tecnologias – Baixo Guandu



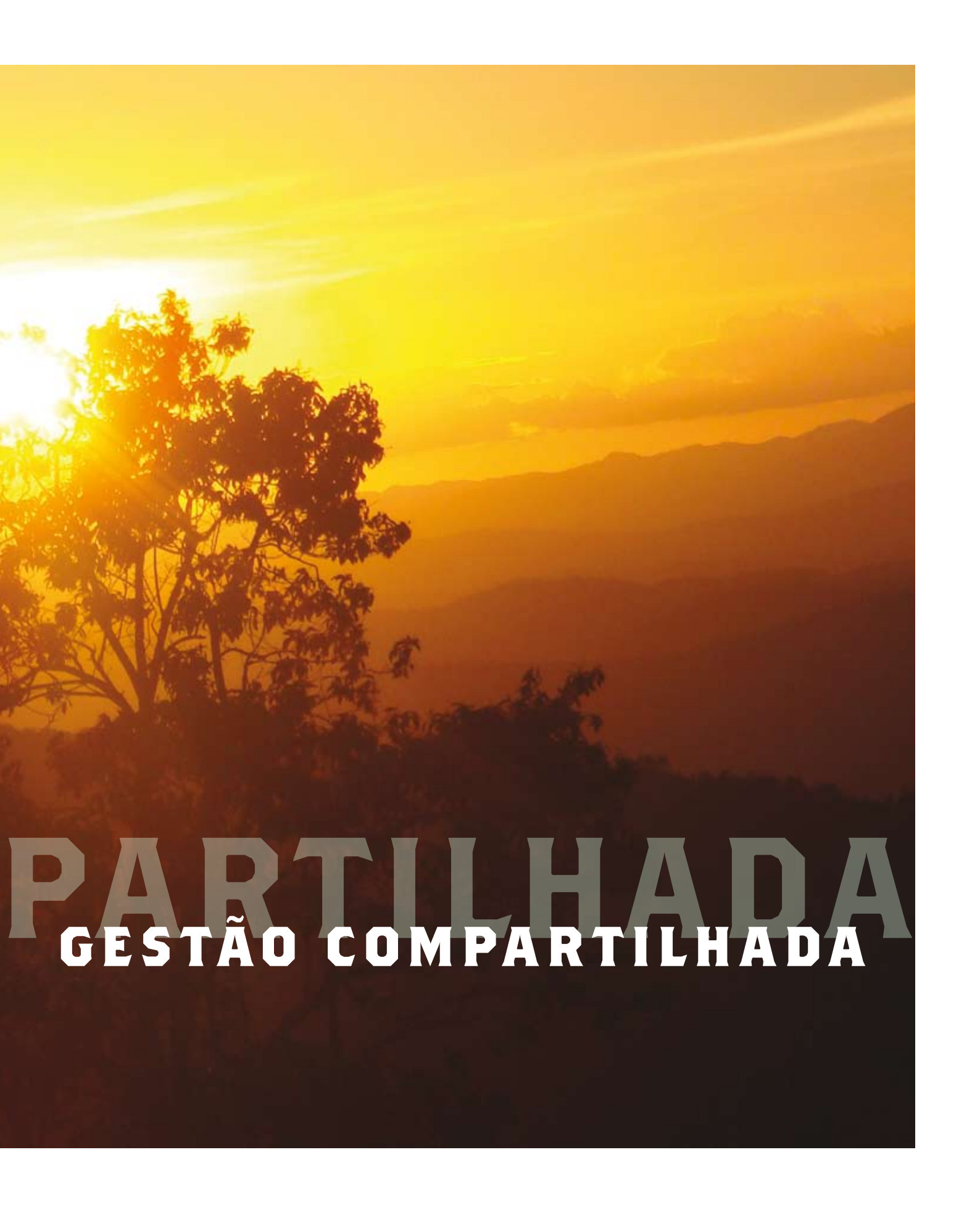
Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.

Elaboração: Convênio INCRA/FAO.



A photograph of a sunset over a mountain range. The sun is low on the horizon, creating a bright orange and yellow glow across the sky. The mountains are silhouetted against the bright light. The text 'GESTÃO COM' is overlaid in a large, bold, white serif font at the bottom of the image.

GESTÃO COM



PARTILHADA

GESTÃO COMPARTILHADA

continuidade do Programa Vale Mais – Baixo Guandu, e base para o sucesso da dinamização. Porém, pelas características dessa nova etapa, foi preciso dar mais organização formando uma estrutura a partir da união de todos que já fazem parte do programa, e também daqueles que ainda virão participar. Questões importantes como captação de recursos, contratação de profissionais, e construção de parcerias, levaram à formação de uma associação civil sem fins lucrativos. O nome não poderia ser outro: REDE AGIR.

Para conciliar a participação aberta e plural daquelas pessoas interessadas na transformação de Baixo Guandu, com a necessidade de uma gestão dinâmica e atuante, necessária para a realização dos projetos do Plano, a REDE AGIR foi organizada internamente da seguinte forma:

- 1) Assembléia Geral;
- 2) Conselho Diretor;
- 3) Conselho Fiscal;
- 4) Secretaria Executiva;

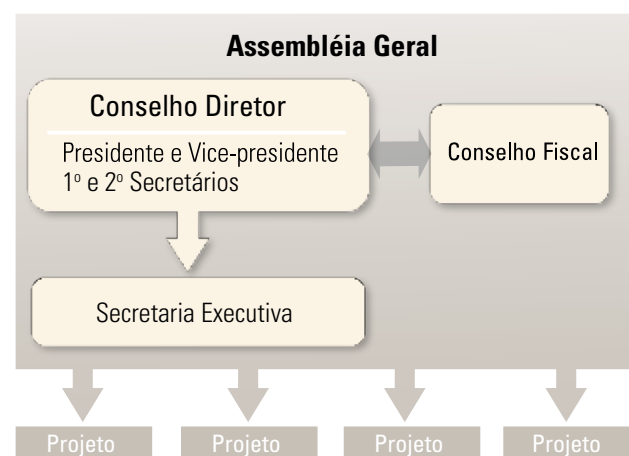
Assembléia Geral: é o órgão supremo e congregador da REDE AGIR. A ela compete, genericamente, a gestão global da entidade, a estipulação de suas regras administrativas e de suas alterações, cabendo-lhes todos os poderes e deliberações que entender na administração direta ou indireta da associação.

Conselho Diretor: Atuará na gestão estratégica e acompanhamento mais direto das atividades da REDE AGIR. Sua composição conta com 7 conselheiros titulares e 4 suplentes, ficando responsável por avaliar a celebração de convênios e contratos, acompanhar as atividades da associação etc. O Presidente, o Vice-Presidente, o Primeiro e o Segundo Secretários serão eleitos em assembléia geral dentre os componentes do Conselho Diretor.

Conselho Fiscal: Será o responsável pela fiscalização das contas da entidade. Ao todo conta com três conselheiros fiscais titulares e três suplentes. Cabe a esse conselho:

- I. Acompanhar sempre que considerar oportuno, quaisquer operações econômicas ou financeiras da REDE AGIR;
- II. Emitir parecer sobre propostas orçamentárias, balanços e relatório de contas em geral, a serem submetidas ao Conselho Diretor pela Secretaria Executiva.

Secretaria Executiva: A gestão da vida cotidiana da REDE AGIR ficará a cargo deste órgão, que será encabeçado por um Secretário Executivo, responsável por dar suporte às suas atividades, garantindo, com isso, a realização de todos os projetos liderados pela associação. Uma de suas principais funções será gerenciar os recursos financeiros, além do corpo técnico-profissional da REDE AGIR.



Estes são os cidadãos que com sua participação e entusiasmo tornaram-se os autores principais deste documento. Suas mãos, idéias e sentimentos conceberam este Plano para um município unido e forte:

ABREU, ACS LUCÉLIA ARMANI, ADALBERTO DA CUNHA, ADENEIR MACHADO FREITAS (NEGÃO), ADENILDE CARLOS ABNERT, ADENIR VIGKA, ADILSON BORGES, ADIR DO CARMO DA SILVA, ADRIANA NEVES SANTOS HEDNOMN, ADRIANA SILVA SANTANA DE PAULA, ADRIANO ANDREATTA QUEMELLI, ADRIANO VINCI, AILSOMAR COSTA, ALBA AURORA SOBRINHO ALBMAR REIS DE MEDEIROS, ALCI ALVES DE OLIVEIRA, ALCILENE PIMENTA VIEIRA, ALEANDRA HELENA LOPES MERLO, ALEANO PAULO CAMUZZI, ALERTES DRANCOSO DE SANTANA, ALESSANDRA DA LUZ BARROS, ALEX, ALEXSANDRO DOS SANTOS, ALEXSANDRO JOSÉ CANDIDO, ALFREDO FISHER, ALFREDO LIMA, ALMERINDOMENEGUSSE, ALONSO RODRIGUES OLIVEIRA, ALTINO PERCILIOS, ALVINA SHREIBER, ALZIRINO NERY GOBBO, AMILTON RAMOS CHAVES, ANA KEYLA DETTMAN, ANA LÚCIA DUQUE BARBOSA, ANA PAULA EVARISTO, ANA ROSA FIRMINO, ANDERSON ALVES DE BRITO, ANDRÉ LUIZ FERREIRA CASAGRANDE, ANDRÉ LUIZ GOBBO, ANDRESSA CORRÊA SALA, ANGELA MARIA CARDOSO LIMA MISQUITTA, ÂNGELA TELMA SCHMIDT DE LUIS, ANGÉLICA SANTOS SOUZA, ÂNGELO QUEDEVEZ BITTENCOURT, ANISIO LUIZ ESPERANDIO, ANSELMO DUARTE LERBACH, ANTÔNINA LEITE NETO, ANTÔNIO CELSO, ANTÔNIO DE OLIVEIRA NUNES, ANTÔNIO FRANÇA DE CARVALHO, ANTÔNIO GARCIA, ANTÔNIO MAURICIO DA COSTA, APARECIDA DAS DORES DE SOUZA FRANZIN, ARIENES ALMEIDA SANTOS FILHO, ARINETE HOLANDA BOONE BARBOSA, ARMANDO FICK, ARQUIMEDES SCHWAMBACH, ARYELLE SOARES PINTO, AUCINEIA MAYER, AUDENIR JOSÉ CORTELETTE, AUGUSTA PATRÍCIA DE ARRUDA FONSECA, AUREA GUILHERME CANUTO, AURORA APARECIDA DORNELIS, BALBINA OLIVEIRA LELES RANGEL, BELMIRO CARDOSO SOBRINHO, BETÂNIA TESSAROLO DE SOUZA, BRUNA FERNANDA KLIPPELER CARDOSO, BRUNO FEITOSA TEDESCO, BRUNO LACERDA SCHULTZ, BRUNO

OTTO, CARLOS BENEDITO BICALHO, CARLOS
CESAR SCHWAMBACH, CARLOS FURTADO DE
MELO, CARLOS ROBERTO MARIANO DE CASTRO,
CARLOS ROGÉRIO MARTINS PINTO, CARLOS
SHOW, CARMEM LUCIA CASTIGLIONE,
CAROLINE BIANKI, CELENEZ ZANOTTI, CÉLIA
APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA, CELMA CÔRTEZ
BUSSULAR, CELSO JOSÉ DALTIO SECCHIN
CELSO LACERDA DA COSTA, CELSO MACÊDO,
CENIRA, CHARLESTON SPERANDIO DE SOUZA,
CHICO BARROS, CHRISTIANA KELLY MADEIRA,
CIDELI ESPERANDIO BARBOSA, CLARA BATISTA
BASTOS, CLÁUDIA VON RONDON ALBANO,
CLEIDIANE TAVARES LEITÓRIO, CLEMAR GOMES
COELHO, CLERES DE MARTINS SCHWAMBACH,
CLITO JOÃO DE MARTIN, CLOVIS RODRIGUES,
COBIJAS NEITZEL, CORNÉLIO SALOMÃO
GARCIA, CREUZA MARIA DE ASSIS, CREUZA
NEITZEL BINOW, DAIANA BOOSTEL ALVES,
DALILA FELIX PERCÍLIOS, DALTON
BOURGUIGNON BRAZ, DALVA LAGE PAIXÃO,
DANIEL MATIAS DE ARAUJO, DANIELA LEITE L.
BOOSTEL, DARCY DE ALCANTARA VEM
RONDON, DARIO JACOBS ROSSIMAM, DAVID
SALOMÃO, DÉBORA HENRIQUE DA SILVA,
DECIO ELIAS GOMES DA ROCHA, DELCIO
SANTOS DE NARDI, DELMA BICHI SCHMIDO,
DENISE ALVES DA SILVA, DENISE MAGIONE,
DEOLINDA MARIA PAISÇÃO ALVES, DERLICE
AMORIM OBEMILLER, DETONI, DEUZETE
MARIA COSTA, DIANA FIDELIS DOS SANTOS,
DIONIL RUELA, DIONISIO FERREIRA, DOUGLAS
HENRIQUE BARBOSA DE ALMEIDA, DUJO
TUPPI, EBERIC, EDIMAR FELIX DE SOUSA,
EDINILVO HOLZ, EDIVA MARIA BOHRE, EDNA
LOBATO PEREIRA DA CRUZ, EDNA MARIA DE
BORTOLI, EDNEY GONÇALVES PIMENTA,
EDUARDO DOS REIS, ELCIANE BERTTE,
ELCILANE ECCEL VIEIRA, ELÇO FERREIRA,
ELESSANDRA RODRIGUES PINTO, ELEUTÉRIO
SCHNEIDER, ELI VIEIRA DANTAS, ELIANA
APARECIDA QUINTINO, ELIANA HARNETE
HAMER HENKE, ELIANA RABINO, ELIANE
COELHO DE MELO, ELIANE ECCEL KILL, ELIAS

BASTOS, ELIAS FERNANDO MENDES ARAUJO, ELISÂNGELA ESTER ROZA, ELIZABETH MILAGRES BRAZ, ELIZABETH RODRIGUES PINTO, ELIZÂNGELA OLIVEIRA DE SOUZA, ELIZÂNGELA SILVA DA VITÓRIA, ELOY AVELINO JUNIOR, ELSON DE SOUZA PORTELA, ELSON LUIZ MONTELUER ALVES, ELTON GOMES, ELUIZA DIAS XAVIER DUARTE, ENÉIAS HINARINE, ENI CALIXTO XAVIER GABLER, ÉRICA DOS REIS PEREIRA, ERNANI FAGUNDES RODRIGUES, ERNESTO HOLTZ FILHO, EUNICE RODRIGUES PINTO BARBOSA, EVANDRO ROCHA ALMEIDA, EVANILDA MARIA HOLANDA BOONE FREDERICO, EVERALDO FELIX DE SOUZA, EVERSON MALDONADO COELHO, EVERTON LOBATO PEREIRA, EVILÁCIO PERICLES NINZ SOUZA, FABIANA ARAUJO DE ASSIS, FABIANE CORTELETTI, FABIANO C. WAGNER, FÁBIO BENEVIDES AMIM, FÁBOLA NATALI, FABRICIANA BATISTA FREIRE, FABRÍCIO BENÍCIO DE BRITO, FÁTIMA FICK HOLZ, FELÍCIA PEREIRA FIGUEREDO, FERNANDA RIBON RUBIN, FERNANDA WENDLEY, FERNANDO AUGUSTO DISKE, FERNANDO MARTINS LEAL, FERNANDO MILLI DALMOWECH, FERNANDO PEREIRA CHAVES, FERNANDO ROSA, FERNANDO VITOR MOREIRA, FLAVIO ANTONIO DE FREITAS, FLORENÇO PRECILIO, FRANCISCA BRAGANÇA DA SILVA, FRANCISCO AMORIM, FRANCISCO DO NASCIMENTO FIRMINO, FRANCISCO MILAGRES, FRANQUINE, FRANZ HOLZ FILHO, GABRIELA CHRISTINA DE ALMEIDA CRUZ, GEOCIMAR SCHMIDT DA SILVA, GEOVANI, GERALDA DAS GRAÇAS FRANCISCA, GERALDO VITOR VIEGAS, GERSON ALVES PEREIRA, GILBERTO DE MENEZES, GILSE OLINDA MOREIRA BARBIERI, GILSIMAR WOLFGRAMM, GILSON FREDERICO, GILSON LUÍS FREDERICO, GISLENE GURGEL BATISTA, GLÉSIO WILLYAN GONÇALVES, GLORIA SOARES DE OLIVEIRA, GRACILENE FREIRE, GRASIELLE CORTELETTI, GREYCIQUELY VASCONCELOS GRÊIS AMIM, GUARACI MATIAS MARTINS (GUARÁ MATIAS), GUILHERME SANTOS, HANNELORE PISKE RODRIGUES, HAROLDO FONTINELI, HELENA BELMIRO DA SILVA COSTA, HELENA DO CARMO HELMER, HÉLIO VERSIEUX MILAGRES, HENZO HOLZ DE ARRUDA, HERALDO TREVISANI, HODOARB FELIPE DANTONA, HUDSON GONÇALVES RODRIGUES, ILZA MOREIRA SOARES, INÁCIA REGINA ALVES OLIVEIRA SILVA, IRACEMA KRAUZER DUMMER, IRANILDA AUGUSTO ANDRADE, IREMAR RAINHA, IRENILDA PEREIRA, ISMAIL MARCELINO

RAMOS, IUSSIF AMIN, JACIMAR PRETE, JACKELIANA KAPISCH DE OLIVEIRA, JACQUELINE R. S. CARDOSO, JANDYRA CAPICHE PRECIOSO, JANIelly DOS ANJOS OLIVEIRA, JAQUELINE DA SILVA, JAQUELINE DOS ANJOS PEREIRA, JAYME BARROS ALBANO, JEAN CARLO QUEIROZ MACHADO, JEREMIAS SOARES DA SILVA, JERUSARDE OLIVEIRA GONÇALVES, JESUS NAZARENO JAQUES DE SOUZA, JOANA MARIA GONÇALVES, JOANA ROSA DE MOURA S, JOÃO ANTONIO RODRIGUES, JOÃO BATISTA DOMINGUES, JOÃO CARLOS COSTA MARANDUBA, JOÃO CATARINA, JOÃO CÉSAR ALVES, JOÃO CESSARO DE OLIVEIRA, JOÃO JOSÉ COELHO, JOÃO LOURENÇO DA COSTA, JOÃO LUIS DOMINICINI, JOÃO LUÍS THEODORO BARBOSA, JOÃO PAULO RODRIGUES, JOÃO PEREIRA BORBA, JOÃO PINHEIRO, JOÃO ZORZAL BARBIERI, JOEL CORREIA DE ALMEIDA, JOEL OBERMULLER, JOMARA CHAGAS RODRIGUES, JONATHAN SOARES PINTO, JONATHAS ONOFRE, JONES TIBURCIO MARTINS, JONIAS DIAS COSTA, JORICEIA DA SILVA SIMOES, JOSÉ ALBANO DA ROCHA, JOSÉ AUGUSTO DOS ANJOS FILHO, JOSÉ BENEVIDES DA SILVA, JOSÉ CARLOS, JOSÉ CARLOS DOS SANTOS, JOSÉ CARLOS RAMOS DE ALMEIDA, JOSÉ CARLOS SELETES DA SILVA, JOSÉ CARLOS VIEIRA DIAS, JOSÉ FLORIANO NETO, JOSÉ FRANCISCO DE BARROS, JOSÉ ILSON DOS SANTOS, JOSÉ LUIZ OLIVEIRA (ZE MARITACA), JOSÉ LUIZ RATIS DALMONECH, JOSÉ MARCOS DOMINGOS, JOSÉ MARIA PINHEIRO, JOSÉ MARIO DUARTE FUNAYAMA, JOSÉ PEDRO, JOSÉ PINTO PINETTE, JOSE RICARDO PAIVA, JOSE ROBERTO DOS PASSOS, JOSE ROBERTO PASSOS JÚNIOR, JOSÉ ROMILDO MOREIRA DIAS, JOSÉ TEUBNER FERREIRA (ZECÃO), JOSÉ VEFIR HENKER, JOSÉ VIANA DE SOUZA, JOSELIA MEDEIROS SCHNEIDER, JOSENILDA CHAVES PIROLA, JOSIL BARROS, JOSMAR JOSÉ GOBBO, JOSUÉ MATIAS DE ARAÚJO, JOYA DO ROBARIO DARCILO, JULIA ALCANTARA RONDON BINDA, JULIANA RONDON BINDA, JULIANO BAHIEENSE DE OLIVEIRA, JULIO CESAR VANI DE SOUZA, JULLYENE MINARINI COMPER, JUSCELINO BREZESKI DOS SANTOS, JUSCELINO HENEK, KAMILA GOBBO, KÁSSIA VON RONDON ARAGÃO, KATIA CRISTINA BARBOSA DA VITÓRIA, KATIANE GOMES ARAÚJO DE PAULA, KEILA LITIG GOMES, KENNY SILVA





CORDEIRO, ONOFRE GOMES, ORLANDINA GOMES DA CRUZ, OSMARINA DE ALMEIDA, OTHOMAR BICHI, OZÉLIO ANTÔNIO DOS SANTOS, PATRÍCIA FICK HOLZ, PATRÍCIA PEDRINI PACHECO, PAULA MEDEIROS DA SILVA DE OLIVEIRA, PAULO CARLOS FELIX, PAULO CÉSAR CARPANI, PAULO CÉSAR DA FONSECA, PAULO CÉSAR DUTRA MACHADO, PAULO CÉSAR MENDONÇA, PAULO COSTA, PAULO ROBERTO, PEDRO BUSSULAR FILHO, PEDRO CHINAIDER DO ROSARIO, POLIANA LOSS, PYETRA DALMONE, RAFAEL AURÉLIO TELLES PEGO, RAFAEL CARDOSO SANTOS, REGINA CÉLIA DANTAS SOUZA, REGINALDO CAMPOS SILVA, REGINALVA TEIXEIRA PORTO, RENATA LUCIA DE AZEVEDO, RITA DE CASSIA, RITA DE CASSIA PAIVA MACHADO, RITA DE CÁSSIA TELES OLIVEIRA, RIVADÁVIA MONTEIRO, ROBERTO CARLOS GOMES, ROBERTO MARIANO DE ASSUNÇÃO, ROBERTO VITOR, ROBSON CLÉOS CASIMIRO, RODOLPHEANNE DANIELE DE OLIVEIRA, RODRIGO ARAÚJO DE MARTIN, RODRIGO PAIVA, RODRIGO PONCIO SOLHA, ROGÉRIO FERNANDO DARÓS FERNANDES, ROGÉRIO NEVES DE LIMA, ROMANNA DA CRUZ ROCHA, RONALDO ALVES PEREIRA, RONALDO LEANDRO QUINTINO, ROSAAMORIM SIKIN, ROSA DA COSTA MENDONÇA, ROSALINA CAETANO MORAES, ROSALVROMALDES IANSEN, ROSANA BRZESKY DOS SANTOS, ROSANE COELHO, ROSANEA MARIA DOS REIS, ROSANI ANDREATA LONS, ROSANIA APARECIDA QUINTINO, ROSE ALEXANIA PITTELKON, ROSEMERE QUINTINA DO NASCIMENTO, ROSENELI RODRIGUES, ROSIMAR A. RAMALDES, ROSIMAR MASCATE, ROSIMERE DE CASTRO, ROSINETE CAETANO DE FREITAS, ROZALINA MARIA, RÚBIA MÁRCIA XAVIER DE ASSIS, RUBINHO, RUTE LEA DIAS, SANDRA DE OLIVEIRA PENNA, SANDRA PEREIRA GREGÓRIO ALBERTO, SANDRA REGINA GARCIA, SANDRODA SILVA CAMARGO, SARA CRISTINA DOS SANTOS, SEBASTIÃO BATISTA ARAUJO, SEBASTIÃO BRAZ, SEBASTIÃO DAS GRAÇAS PEREIRA DA SILVA, SEBASTIÃO GUILHERME DOS SANTOS, SEBASTIÃO NASCIMENTO DE CARVALHO, SEBASTIÃO SOARES DOS SANTOS, SEBASTIÃO VALÉRIO BRANDÃO, SEDIVAL RIBEIRO DA VICTÓRIA,

SÉRGIO BRÁZ ANDREATTA, SÉRGIO SILVA SIMÕES, SIDNEY NUNES DE OLIVEIRA, SILAS CARDOSO EVANGELISTA, SILVIA, SILVIA HELENA PEREIRA, SILVIA HELENA PESENTE DE ABREU, SIMONE ALICE DA CRUZ, SIMONE MAGGIONE, SOLANGE MOREIRA DOS REIS SANTOS, SOLANGE SANTOS, SOLEMAR ISIDORO MESSIAS, SÔNIA CORDEIRO, SÔNIA FIRMINO DE SANTANA DETONE, SÔNIA MARIA MENEGUSSE, SORAIA MINARINE DE SOUZA, SUZANA FERREIRA LEITE DE SOUZA, TELMO ZANOTTI CARDOSO, TERESINHA DO CARMO ALVES BOLSANI, TEREZA MARIA S RODRIGUES, TEREZA MARTINE DA CUNHA, TEREZINHA DE JESUS FRIZZERA VARGA, TEREZINHA DO CARMO ALVES BOLZANI, TEREZINHA SPERANDIO, TEREZINHA ZUICARATO RAMOS, THEREZA MERLO CORONA, TIAGO WESLEY SILVA, TUNEGA, UBERALDO DITBENNER, URSULA FICK HOLZ, VALDECI REIS, VALDECINO PLANTIKOV, VALDEMAR FANTONY, VALDEMAR VELTER, VALDETE SOARES DOS SANTOS, VALDIR CASTIGLIONI, VALDIR PIMENTA CORREA, VALÉRIA KLITZKE, VALÉRIA MARINHO CAETANO, VALTER PEROE, VANDERLEI DE LIMA, VANDERSON DE JESUS LANA, VANESSA FERREIRA DO CARMO, VANILDA SOARES DOS SANTOS, VANUSA PORTO, VERA LÚCIA DOS ANJOS, VERA LÚCIA MENEZES FIOCOTI, VERA LÚCIA RIGAMONTE, VERAÍDES DE OLIVEIRA FAIER, VILMA PEREIRA DOS SANTOS, VILTAMAR SIDNEI KRUGER, VINICIUS DETTONI GOBBO, VITALINO FAIER FILHO, VIVIANE LOPES ARAUJO, VIVIANE RODRIGUES TEIXEIRA, VIVIANI CRISTINA COSTA DE ALVARENGA, WAGNERIANO MONTEIRO, WALDECIR, WALDEMAR DA SILVA CAMARGO, WALDIR MAGIONI, WALMIR JEU AUCHEDTH, WALTER JOSÉ FRANQUINI, WANDA SOARES DOS SANTOS, WANDERLEI SCHULZ, WASHINGTON VIEGA ANDRADE FILHO, WELLINGTON LITIG, WELLINGTON PORTELA RUELA, WELLINGTON ROCHA, WELLINGTON SALGADO RODRIGUES, WELLINTON RIBEIRO DA FONSECA, WILLIAM DOS ANJOS GONÇALVES, WILSON MACHADO, WILTON MINARINE, WILTON SÉRGIO VITORIO, YVONE DAS GRAÇAS GOMES GOBLO, ZENITA NUNES ROSA

Vale

Roger Agnelli
Presidente

José Carlos Martins
*Diretor Executivo
de Ferrosos - ES*

Marcelo Barros
*Diretor de Operações
da Estrada de Ferro
Vitória a Minas*

Fundação Vale

Silvio Vaz de Almeida
Diretor Superintendente

Sérgio José Leite Dias
Gerente Geral

Christiana de Almeida Costa
Coordenação do
Programa Vale Mais

**Conselho de Curadores
da Fundação Vale**

Tito Botelho Martins Junior
Carla Grasso
Gabriel Stoliar
Pedro Aguiar de Freitas
Orlando Góes Pereira Lima
Olinta Cardoso Costa
Márcio Luis Silva Godoy
Adriana da Silva Garcia
Bastos
Marconia Tarbes Viana
Orlando Góes Pereira Lima
Eduardo Beauclair
Adriana Bastos
Marconi Tarbes Viana
Marcio Luis Silva Godoy

Equipe de Trabalho Agência 21

Marcio Calvão Moura
Diretor executivo

*Planejamento Estratégico e
Gestão de Programas:*
Antônio Parente
Beatriz Fialho
Estaneslau Klein
Marcela Lucena
Paulo Romai

Estudos e Pesquisas:
Carla Sanche
Rebeca Steiman
Vicente Guimarães

Gestão Compartilhada:
Vinicius Ferreira

*Consultores dos
Grupos de Trabalho:*
Marcio Calvão
Liane Freire
Antônio Parente
Vinicius Ferreira
Carla Sanche
Vicente Guimarães
Manuela dos Santos Neves
Patrícia Daros
Estaneslau Klein

*Banco de Dados e
Cadastro de Atores:*
Sérgio Couto
Rodrigo Guimarães Silva

Diretor de Marketing:
Valdir Siqueira

*Coordenador de
Comunicação:*
Roberto Tostes

Coordenador de Informação
Flávia Domingues

Equipe de Comunicação:
Diana Acselrad
Joanna Alimonda
Leonardo Calvão
Paulo César Marques
Sergio Bandeira

Edição:
Antônio Parente
Carla Sanche
Estaneslau Klein
Marcela Lucena
Roberto Tostes

Projeto Gráfico:
David Amiel
Diana Acselrad

Outros colaboradores:
Christina Saraiva
Eduardo Murad
Graciela Hopstein
Gustavo Meurer Muricy
Joana Erlache
José Candido Muricy
Leticia Parente
Manuela Neves
Marcela de Magalhães Costa
Marcela Peixoto Quaresma
Mario Junior
Rafaela Daros

Fotos:
Fotos de Baixo Guandu:
 Págs. 10, 11, 12, 13, 14 e 15 – Acervo pessoal Hércules José de Souza
 Págs. 4, 8, 9, 43 e 89 – Acervo pessoal Marcelo Tavares
 Págs. 31, 37, 82 e 83 – Acervo pessoal Jovander Pito

Fotos de arquivo da Agência21:
 Pág. 21 - Jovens pesquisadores – Foto Freitas – Aimorés
 Págs. 1, 6, 16, 17, 20, 22 a 25, 71, 94 e 95 – Joanna Alimonda e Léo Calvão

**Jovens Pesquisadores do
Programa Vale Mais –
Baixo Guandu**

André Luiz Gobbo
 Adriano Andreatta Quemelli
 Elizangela Oliveira de Souza
 Everson Maldonado Coelho
 Geraldo Vitor Viegas
 Grasielle Corteletti
 Henzo Holz de Arruda
 Juliana Rondon Binda
 Kásia Von Rondon Aragão
 Mayara Catarina Pereira
 Rodolpheanne Daniele de
 Oliveira

Parceiro Institucional:

Prefeitura de
Baixo Guandu

Parceiro:

 **AGÊNCIA21**

Realização:

 **VALE**